



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE-PR
DIVISÃO DE LICITAÇÕES**

Pregão Eletrônico nº 130/2026

Protocolo nº 8012/2026

Processo nº 231/2026

Registro de Preço

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 MB para download e 200 MB para upload, contendo controle do registro do tráfego de dados por usuário, para o Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte.

Data de início da fase externa: 22/10/2026

Data de Abertura e Julgamento: 13/11/2026 às 08:30 horas (Propostas)

13/11/2026 às 09:00 horas (Lances)

NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 14.133/2021

**EXMO. SR.
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE
CIANORTE**

PROCESSO:8012

DATA DO PROTOCOLO:08/07/26

HORA DO PROTOCOLO:14:04:13

SENHA DE CONSULTA:46853

Despacho Final



MUNICIPIO DE CIANORTE

76.309.806/0001-28

DADOS COMPLEMENTARES DO REQUERENTE

ENDEREÇO: **PRAÇA CENTRO CÍVICO, Nº100**

BAIRRO: **ZONA 01**

CIDADE: **CIANORTE**

TELEFONE: **4436196200**

EMAIL:

CEP: **87200127**

UF: **PR**

O requerente, acima qualificado, vem respeitosamente solicitar:

ASSUNTO: LICITAÇÕES - PMC - LICITAÇÃO

DETALHAMENTO

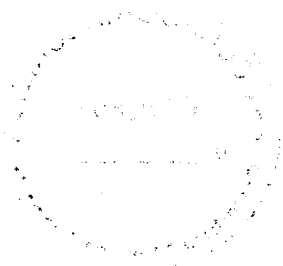
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO COM A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET), COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 200 MB PARA DOWNLOAD E 200 MB PARA UPLOAD, CONTENDO CONTROLE DO TRÁFEGO DE DADOS POR USUÁRIO, PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE CIANORTE.

ZONA: QUADRA: LOTE: CADASTRO:

OBSERVAÇÕES

Termos em que pede DEFERIMENTO.
Cianorte, 08/07/26

NOME POR EXTENSO





PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Mobilidade e

Segurança

Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná -
FUNREBOM

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. Dados do Processo

Área	Secretaria Municipal de Mobilidade e Segurança - Fundo Municipal de
Requisitante	Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná - FUNREBOM
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 Mbps para download e 200 Mbps para upload, contendo controle do registro do tráfego de dados por usuário, para o Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte.	

2. Descrição da Necessidade

A contratação de serviços de conexão à rede mundial de computadores (internet) é indispensável para garantir a continuidade, a eficiência e a celeridade das atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros de Cianorte. A disponibilidade de acesso à internet é essencial para a execução de rotinas administrativas e operacionais, permitindo o acesso aos sistemas institucionais, portais governamentais, correio eletrônico, plataformas corporativas, consultas a bancos de dados, tramitação de processos eletrônicos e comunicação entre as unidades da Corporação e demais órgãos da Administração Pública.

Além disso, os serviços de internet viabilizam o atendimento remoto à população por meio de canais digitais, contribuindo para maior agilidade na prestação dos serviços públicos e no fluxo de informações. A indisponibilidade desse serviço compromete significativamente o desempenho das atividades administrativas, dificulta a comunicação institucional e pode ocasionar atrasos na execução de procedimentos essenciais, afetando diretamente a eficiência dos serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros.

Dessa forma, a contratação do serviço de acesso à internet mostra-se necessária para assegurar o pleno funcionamento das atividades da unidade, garantindo suporte adequado às demandas administrativas e operacionais e a continuidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

3. Previsão No Plano De Contratações Anual

Conforme previsto no Plano de Contratação Anual, identificado pelo Código PCA nº PL 132.

4. Requisitos da Contratação

A CONTRATADA deverá apresentar, minimamente, os seguintes certificados e qualificações:

• ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou certidão(ões) que comprove(m) que a licitante executou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipais serviços semelhantes, devendo o documento identificar:

- No mínimo, um serviço semelhante ao objeto do presente edital;
- Entidade para o qual o serviço foi prestado (razão social, endereço e telefone);
- Descrição do serviço;
- Período em que foi prestado o serviço;
- Nome, cargo e assinatura do responsável pela expedição do documento.

• Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado a contratação.

• Certidão de registro no CREA/CAU.

• Certidão que comprove a outorga concedida pela ANATEL à empresa para explorar os Serviços SCM e a comprovação de regularidade junto a ANATEL

5. Estimativa das Quantidades

Considerando a demanda da 4 Companhia Independente de Bombeiro Militar, a velocidade da internet a ser contratada é de 200 Mbps de download e 200 Mbps de upload pelo prazo de 12 meses, que poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

CORPO DE BOMBEIROS - "POR UMA VIDA TODO SACRIFÍCIO É DEVER"

Fone (44) 3351-3350 - e-mail: 8sgbi-b4@bm.pr.gov.br
Avenida Allan Kardec, 700 - Parque Industrial - CEP: 87207-044 - Cianorte-PR

PROCURADORIA
FOLHA
Nº 03
PREFEITURA MUN. DE CIANORTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Mobilidade e

Segurança

**Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná -
FUNREBOM**

6. Levantamento De Mercado

Em relação ao levantamento de mercado para mensurar qual o modelo de contratação seria mais vantajoso para a Administração, após estudo sobre o caso, o FUNREBOM concluiu que, sob os aspectos de economicidade melhor forma de execução, a contratação do objeto através de pregão eletrônico se revelou o método mais apropriado para atingir o resultado pretendido.

Primeiramente, cumpre registrar que no levantamento de mercado a Administração deve buscar outras formas de suprir sua demanda e, na medida do possível, deve comparar como as empresas privadas têm resolvido seus problemas. Partindo dessa premissa, cabe destacar os seguintes pontos:

- No momento a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR) não disponibiliza internet via WIFI para o Corpo de Bombeiros de Cianorte, de modo que não é possível suprir essa demanda através do estado do Paraná;
- A Administração não possui convênios (federal ou estadual) com Pregões ou Atas de Registro de Preços para eventual adesão por carona com outros entes públicos;

Isto posto, a contratação do objeto mediante licitação, especificamente na modalidade pregão por menor preço, emerge como a solução mais eficaz. Esta abordagem proporciona competitividade entre os fornecedores, garantindo que a escolha recaia sobre a proposta mais vantajosa economicamente. O pregão, ao privilegiar a oferta com o menor preço, promove a eficiência na gestão de recursos públicos, assegurando uma contratação financeiramente responsável. Além disso, a transparência inerente ao processo licitatório contribui para a integridade e legitimidade das transações, alinhando-se aos princípios da administração pública e fortalecendo a confiança da comunidade na utilização dos recursos municipais.

Por fim, destacamos que para suprir a necessidade da corporação, em oportunidades anteriores a contratação também se deu através da realização de licitação (Pregão Eletrônico nº 111/2022). Ademais, analisando contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, fica evidente que a opção pela realização de licitação na modalidade pregão é a solução preponderante.

7. Estimativas de Preços ou Preços Referenciais

A estimativa dos preços basearam-se nos recursos orçamentários disponíveis, bem como nas dimensões já executadas nos anos anteriores.

As quantidades previstas estão descritas no mapa de formação de preços que faz parte integrante deste documento.

Conforme planilha resumida abaixo:

Item	Fornecedor	CNPJ	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Netcia	40.734.458/0001-99	12	R\$ 1.900,00	R\$ 22.800,00
	Vibe Internet	18.016.662/0001-15	12	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
	AJC Internet Ltda	39.317.232/0001-03	12	R\$ 599,00	R\$ 7.188,00

8. Descrição da Solução como um Todo

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de conexão dedicada à rede mundial de computadores (Internet), destinada ao Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte, com fornecimento de link de acesso com velocidade mínima de **200 Mbps (duzentos megabytes por segundo) para download e 200 Mbps (duzentos megabytes por segundo) para upload**, garantindo comunicação estável, segura e contínua para o desempenho das atividades operacionais e administrativas da unidade.

A contratação deverá contemplar o fornecimento, instalação, configuração, ativação, monitoramento,

CORPO DE BOMBEIROS – “POR UMA VIDA TODO SACRIFÍCIO É DEVER”

Fone (44) 3351-3350 - e-mail: 8sgbi-b4@bm.pr.gov.br

Avenida Allan Kardec, 700 – Parque Industrial – CEP: 87207-044 - Cianorte-PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Mobilidade e

Segurança

Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná -
FUNREBOM

manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e substituição dos equipamentos necessários ao funcionamento do serviço, sem custos adicionais para a Administração, durante toda a vigência contratual.

A solução deverá incluir mecanismo de **controle e registro do tráfego de dados por usuário**, permitindo o gerenciamento da utilização da rede, a geração de relatórios e o acompanhamento da utilização dos recursos de internet, contribuindo para maior segurança da informação, rastreabilidade dos acessos e gestão eficiente da infraestrutura de tecnologia da informação.

O serviço deverá possuir disponibilidade contínua, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, observando níveis mínimos de qualidade e disponibilidade estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço (SLA), além de disponibilizar atendimento técnico remoto e presencial para solução de falhas e indisponibilidades.

A contratada será responsável pelo fornecimento, em regime de comodato, de todos os equipamentos indispensáveis à prestação do serviço, tais como modem, ONT, conversores, roteadores (quando aplicável), fontes de alimentação, cabos e demais acessórios necessários até o ponto de entrega da conexão, responsabilizando-se por sua manutenção, atualização tecnológica e substituição em caso de defeito.

A solução deverá ser compatível com a infraestrutura de rede existente no Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte, possibilitando sua integração sem comprometer o funcionamento dos sistemas corporativos, plataformas governamentais, serviços de comunicação, videomonitoramento, videoconferências, sistemas de despacho operacional, aplicações em nuvem e demais recursos tecnológicos utilizados pela Corporação.

A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), bem como atender aos requisitos de segurança da informação, continuidade dos serviços e proteção dos registros de acesso, garantindo elevado desempenho, confiabilidade e disponibilidade da conexão durante toda a vigência do contrato.

9. Justificativa para Parcelamento ou não da Contratação

Considerando as disposições da legislação vigente e os princípios da eficiência e economicidade, informa-se que não há possibilidade de parcelamento do objeto, tendo em vista que a presente contratação possui apenas um item, caracterizando-se como objeto indivisível sob o ponto de vista técnico e operacional.

O parcelamento, nesse caso, não traria ganho de competitividade nem vantagem econômica à Administração, podendo, ao contrário, comprometer a padronização e a adequada execução do objeto. Assim, a licitação será realizada por item único, por se mostrar a forma mais adequada para garantir a eficiência, a gestão contratual simplificada e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

10. Demonstrativo de Resultado Pretendido

- Garantir acesso contínuo, estável e de alta velocidade à internet, por meio de link dedicado com velocidade mínima de **200 Mbps para download e 200 Mbps para upload**, assegurando a disponibilidade dos serviços essenciais ao funcionamento do Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte.
- Proporcionar maior eficiência na execução das atividades administrativas e operacionais da unidade, permitindo acesso ininterrupto aos sistemas corporativos da Corporação, portais governamentais, plataformas de gestão, sistemas de comunicação, correio eletrônico, videoconferências e demais aplicações utilizadas no desempenho das atividades institucionais.
- Assegurar maior confiabilidade e estabilidade da conexão, reduzindo interrupções, oscilações e indisponibilidades que possam comprometer o atendimento à população e as atividades de apoio às operações de emergência.

CORPO DE BOMBEIROS - "POR UMA VIDA TODO SACRIFÍCIO É DEVER"

Fone (44) 3351-3350 - e-mail: 8sgbi-b4@bm.pr.gov.br
Avenida Allan Kardec, 700 - Parque Industrial - CEP: 87207-044 - Cianorte-PR

COPIADORIA
FOLHA 05
Nº
Assinatura Mm. de

4. The fourth part of the document discusses the implications of the findings. It explores the potential applications of the research in various fields and the impact it may have on future studies.

5. The fifth part of the document concludes the study. It summarizes the key findings and provides a final statement on the overall significance of the research.

6. The sixth part of the document includes a list of references. It cites the various sources of information used in the study, including books, articles, and other relevant documents.

7. The seventh part of the document contains a list of appendices. It includes additional data, figures, and other supporting information that is not included in the main body of the text.

8. The eighth part of the document includes a list of figures. It provides a detailed description of each figure and its location within the document.

9. The ninth part of the document includes a list of tables. It provides a detailed description of each table and its location within the document.

10. The tenth part of the document includes a list of equations. It provides a detailed description of each equation and its location within the document.

11. The eleventh part of the document includes a list of definitions. It provides a detailed description of the various terms and concepts used in the study.

12. The twelfth part of the document includes a list of acknowledgments. It expresses gratitude to the individuals and organizations that provided support and assistance during the course of the study.

13. The thirteenth part of the document includes a list of footnotes. It provides additional information and references that are not included in the main body of the text.

14. The fourteenth part of the document includes a list of references. It cites the various sources of information used in the study, including books, articles, and other relevant documents.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Mobilidade e

Segurança

Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná -
FUNREBOM

- Possibilitar o controle e o registro do tráfego de dados por usuário, promovendo maior segurança da informação, rastreabilidade dos acessos, gerenciamento da utilização da rede e suporte às atividades de fiscalização contratual.
- Garantir atendimento técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, monitoramento da conexão e rápida solução de eventuais falhas, observando os níveis mínimos de serviço (SLA) estabelecidos no contrato.
- Disponibilizar infraestrutura tecnológica compatível com as necessidades atuais e futuras da unidade, assegurando condições adequadas para o funcionamento dos equipamentos e sistemas informatizados utilizados pelo Corpo de Bombeiros de Cianorte.
- Promover maior eficiência na gestão dos recursos de tecnologia da informação, mediante fornecimento de equipamentos, suporte técnico e monitoramento contínuo do serviço, reduzindo custos decorrentes de interrupções e falhas de conectividade.

PROCURADORIA JURÍDICA
FOLHA 06
Cianorte, 11.08.2016

11. Providências Prévias ao Contrato

Considerando a natureza do objeto, no presente caso não se mostra fundamental apontar eventuais ações a serem executadas pela Administração antes da formalização da futura contratação, visto que não será necessário realizar intervenções de engenharia, ajustes de sistemas, ou capacitação de servidores para a correta fiscalização e gestão.

A fiscalização por esta municipalidade será realizada no momento da prestação dos serviços. Compete à Administração designar formalmente um servidor devidamente capacitado para fiscalizar e acompanhar a execução, bem como para dirimir as possíveis dúvidas existentes referentes à contratação.

12. Contratações Correlatas/Interdependentes

Não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que afetem ou interfiram diretamente no objeto da presente licitação.

13. Impactos Ambientais

A presente contratação possui baixo potencial de impacto ambiental, uma vez que se refere à prestação de serviços de conexão à rede mundial de computadores (internet), não envolvendo consumo significativo de matérias-primas, geração de resíduos ou intervenções que causem alterações relevantes ao meio ambiente.

Os equipamentos eventualmente fornecidos pela contratada, tais como modem, ONT, roteadores, fontes de alimentação e demais dispositivos necessários à prestação do serviço, deverão possuir homologação pelos órgãos competentes e atender às normas técnicas e ambientais aplicáveis, priorizando equipamentos com eficiência energética e baixo consumo de energia elétrica.

A contratada será responsável pela manutenção, substituição e destinação ambientalmente adequada dos equipamentos de sua propriedade que vierem a ser substituídos durante a execução contratual, observando a legislação ambiental vigente, especialmente quanto ao gerenciamento de resíduos eletroeletrônicos.

Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas que reduzam o consumo de papel, privilegiando a emissão e o envio de documentos, relatórios, faturas e comunicações por meio eletrônico.

Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta impactos ambientais reduzidos, podendo, inclusive, contribuir para a sustentabilidade administrativa mediante a utilização de soluções tecnológicas que promovam maior eficiência operacional, racionalização de recursos e redução do uso de documentos físicos.

7 1 8



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Mobilidade e

Segurança

**Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná -
FUNREBOM**

14. Posicionamento Conclusivo

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação do objeto previsto neste ETP mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

15. Responsabilidade da Equipe de Planejamento pela Elaboração e Conteúdo do Documento

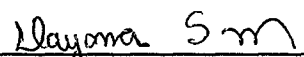
Certificamos, para devidos fins, que os servidores abaixo relacionados são os responsáveis pela elaboração e pelo conteúdo do presente documento.

Cianorte - PR, 08 de julho de 2026

FOLHA 07


Elisvaldo Balbino dos Santos

Secretário Municipal de Segurança e Mobilidade


Dayana Santiago Mantrean
Assistente Administrativo

ETP elaborado por:

gov.br

Documento assinado digitalmente

GUSTAVO FAGUNDES

Data: 13/08/2026 09:13:44-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sd. QPBM Gustavo Fagundes
Corpo de Bombeiros-FUNREBOM

CORPO DE BOMBEIROS - "POR UMA VIDA TODO SACRIFÍCIO É DEVER"

Fone (44) 3351-3350 - e-mail: 8sgbi-b4@bm.pr.gov.br

Avenida Allan Kardec, 700 - Parque Industrial - CEP: 87207-044 - Cianorte-PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - Estado do Paraná
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano / Fundo Municipal de
Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná -
FUNREBOM

MAPA DE RISCOS

Assim como toda contratação pública em geral, vislumbram-se alguns riscos comuns que devem ser avaliados e monitorados durante o processo licitatório.

Por tal, em atenção ao Artigo 169 da Lei 14.133/2021, cumulado com os Artigos 198 a 201 do Decreto Municipal 31/2023, elaboramos o presente Mapa de Gestão de Riscos, a fim de apresentar condutas necessárias visando avaliar as incertezas e prover opções de resposta que representem as melhores decisões relacionadas com a excelência das licitações e das execuções contratuais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
FOLHA 08
Nº 08
Assessoria Min. do Planej.

1. Dados do Processo	
Objeto	Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 Megas para download e 200 Megas para upload, sendo esse link dedicado e contendo controle do registro do tráfego de dados por usuário, para o Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte.
Fase de Análise	Final da elaboração do estudo técnico preliminar.

2. Riscos referente a fase de análise escolhida:

Risco 01	Impossibilidade de contratar por falta de recurso ou por fracasso no processo licitatório.
----------	--

Probabilidade	() Raro	(X) Pouco provável	() Provável	() Muito provável	() Praticamente certo
---------------	----------	--------------------	--------------	--------------------	------------------------

Impacto	() Muito baixo	() Baixo	() Médio	() Alto	(X) Muito Alto
---------	-----------------	-----------	-----------	----------	----------------

Dano(s)	Interrupção ou comprometimento do acesso à internet do Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte, afetando diretamente a continuidade das atividades administrativas e operacionais.
---------	--

Medidas Preventivas	- Garantir disponibilidade de recursos na conta bancária do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná – FUNREBOM para a contratação; - Elaborar descritivo com especificações completas dos serviços a serem realizados pelo (a) funcionário (a), a fim de que eventuais empresas interessadas em participar do certame licitatório tenham informações suficientes para elaboração da proposta; - Realizar levantamento de mercado, a fim de dimensionar adequadamente os preços de referência, reduzindo os riscos de licitação deserta.
Medidas de Resposta	Realizar novo processo licitatório para a contratação.

Risco 02	Elaboração de ETP e do PB com especificações incompletas ou com requisitos insuficientes ou indevidamente restritivos.
----------	--

Probabilidade	() Raro	(X) Pouco provável	() Provável	() Muito provável	() Praticamente certo
---------------	----------	--------------------	--------------	--------------------	------------------------

Impacto	() Muito baixo	() Baixo	() Médio	(X) Alto	() Muito Alto
---------	-----------------	-----------	-----------	----------	----------------

Dano(s)	Ausência ou baixo número de interessados em participar do certame licitatório.
---------	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - Estado do Paraná
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano / Fundo Municipal de
Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná -
FUNREBOM

Medidas Preventivas	- Elaborar descritivo completo das atividades a serem realizadas, considerando a quantidade de refeições realizadas pelo Corpo de Bombeiros e demais afazeres relacionados aos preparos da alimentação. - Especificar adequadamente os requisitos da contratação.
----------------------------	--

Medidas de Resposta	Realizar novo certame licitatório, caso haja ausência de interessados.
----------------------------	--

Risco 03	Elaborar Termo de Referência ou Projeto Básico sem elementos básicos para a seleção da proposta mais vantajosa.
-----------------	---

Probabilidade	() Raro	(X) Pouco provável	() Provável	() Muito provável	() Praticamente certo
----------------------	----------	----------------------	--------------	--------------------	------------------------

Impacto	() Muito baixo	() Baixo	() Médio	(X) Alto	() Muito Alto
----------------	-----------------	-----------	-----------	------------	----------------

Dano(s)	- Ausência ou baixo número de interessados em participar da licitação; - Seleção de proposta que não seja vantajosa para a Administração, com potencial elevação de custos.
----------------	--

Medidas Preventivas	- Especificar adequadamente os requisitos da contratação, o critério de seleção e os modelos de execução do objeto e de gestão do contrato.
----------------------------	---

Medidas de Resposta	Realizar novo certame licitatório, caso haja ausência de interessados.
----------------------------	--

Risco 04	Impossibilidade de contratação por falta de orçamento.
-----------------	--

Probabilidade	() Raro	(X) Pouco provável	() Provável	() Muito provável	() Praticamente certo
----------------------	----------	----------------------	--------------	--------------------	------------------------

Impacto	() Muito baixo	() Baixo	() Médio	() Alto	(X) Muito Alto
----------------	-----------------	-----------	-----------	----------	------------------

Dano(s)	Interrupção ou comprometimento do acesso à internet do Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte, afetando diretamente a continuidade das atividades administrativas e operacionais.
----------------	--

Medidas Preventivas	- Abertura de crédito adicional para reforço da dotação orçamentária; - Garantir orçamento para a contratação, com reserva através de Certidão de Existência de Dotação e Saldo Orçamentário.
----------------------------	--

Medidas de Resposta	Realizar novo processo licitatório para a contratação.
----------------------------	--

03. Disposições Finais

Certificamos para os devidos fins, que não identificamos outros fatores de riscos para esta intenção de contratação. Certificamos ainda que os servidores abaixo relacionados são os responsáveis pela elaboração e pelo conteúdo do presente documento.

Cianorte - PR, 08 de Julho de 2026.

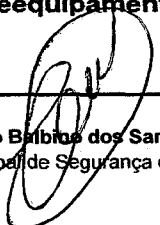
CORPO DE BOMBEIROS - "POR UMA VIDA TODO SACRIFÍCIO É DEVER"

Fone (44) 3351-3350 - e-mail: 4cibm-slf@cbm.pr.gov.br

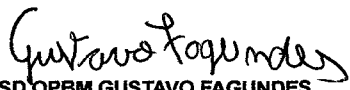
Avenida Allan Kardec, 700 - Parque Industrial - CEP: 87207-044 - Cianorte-PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - Estado do Paraná
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano / Fundo Municipal de
Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná -
FUNREBOM


Elisvaldo Balbino dos Santos
Secretário Municipal de Segurança e Mobilidade

Elaborado por:


SD QPBM GUSTAVO FAGUNDES
Corpo de Bombeiros-FUNREBOM

PROCURADORIA
FOLHA
Nº 10
J

CORPO DE BOMBEIROS - "POR UMA VIDA TODO SACRIFÍCIO É DEVER"

Fone (44) 3351-3350 - e-mail: 4cibm-slf@cbm.pr.gov.br
Avenida Allan Kardec, 700 - Parque Industrial - CEP: 87207-044 - Cianorte-PR

[Faint, illegible text covering the majority of the page, likely bleed-through from the reverse side.]

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Mobilidade e Segurança
Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná - FUNREBOM

TERMO DE REFERÊNCIA

Em atenção ao disposto na Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações), vimos por meio desta requerer a abertura de Processo Licitatório, nos termos a seguir elencados.

1. Órgão Solicitante

Secretaria Municipal de Mobilidade e Segurança - FUNREBOM

2. Modalidade

Pregão Eletrônico.

3. SRP (Sistema de Registro de Preços) ou Comum?

() Sistema de Registro de Preços

(x) Contratação Comum

4. Definição do Objeto

Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 megabits para download e 200 megabits para upload, sendo o link dedicado e contendo controle do registro do tráfego de dados por usuário, para o Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte.

5. Natureza do Objeto

(X) Bem/Serviço Comum – A Concorrência e o Pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme dispõe o art. 29 da Lei 14133/2021, e nesta licitação o objeto envolvido enquadra-se como bem ou serviço comum para fins de aplicação da modalidade Pregão.

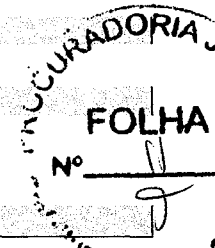
() Bem/Serviço Especial

6. Especificação do(s) Produto(s) ou Serviços- Estimativa Prévia do volume da solução demandada

Item	Código	Qtde.	Unid. de Med.	Descrição	Valor mensal	Valor Total x 60 meses
1	73724	60	SVÇ	Link dedicado através de fibra óptica, para conexão com a rede mundial de computadores (internet) com velocidade mínima de 200 MB para download e 200 MB para upload. ESPECIFICAÇÕES: Internet banda larga de 200 megabits 1.1. Meio de transmissão: Fibra óptica. 1.2. Taxa de Download: 200 megabits por segundo 1.3. Taxa de Upload: 200 megabits por segundo 1.4. Disponibilidade: 24 horas por dia, durante todos os dias da semana. 1.5. Assistência técnica: 24 horas por dia, durante todos os dias da semana. 1.6. Disponibilizar modem ou	R\$ 599,00	R\$ 35.940,00

CORPO DE BOMBEIROS – “POR UMA VIDA TODO SACRIFÍCIO É DEVER”

Fone (44) 3351-3350 - e-mail: 4cibm-slf@bm.pr.gov.br
Avenida Allan Kardec, 700 – Parque Industrial – CEP: 87207-044 – Cianorte-PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Mobilidade e Segurança
Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná - FUNREBOM

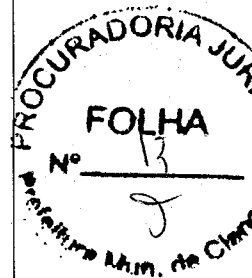
				equipamentos necessários para a utilização do serviço. 1.7. Controle de acesso com as seguintes obrigações: • Hotspot social com capacidade para atender 50 conexões; • Autenticação por meio de redes sociais, SMS e cadastros customizáveis; • Contagem de pessoas, tempo de permanência, taxa de reincidência média por período; • Estar em conformidade com as leis vigentes quanto a fornecimento de internet ao público, em especial a do Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965/2014; • Construir um cadastro dos clientes com informações sobre o perfil de visitação, frequência, tempo de permanência individual de cada visitante; • Prover uma ferramenta administrativa para manuseio dos dados coletados dos clientes; • Prover mecanismos de ACL (Access Control List) para controle de acesso de funcionários e administradores da ferramenta administrativa por perfis customizáveis; • Prover versão da ferramenta administrativa em formato de aplicativos nativos para as plataformas Android e iOS; • Prover API de comunicação para		
--	--	--	--	--	--	--





PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Mobilidade e Segurança
Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná - FUNREBOM

			integração com sistemas externos da entidade; • Prover relatório de consumo de banda por usuário; • Permitir controle de banda e acesso a internet por usuário e perfis de usuário; • Permitir o cadastro de uma blacklist contendo sites inapropriados; • Permitir a conexão da rede a Wi-Fi sem a necessidade do usuário realizar a instalação de aplicativos externos; • Permitir a conexão da rede a Wi-Fi sem a necessidade do usuário fazer check-in obrigatoriamente.		
--	--	--	---	--	--



7. Fundamentação e Descrição da Necessidade

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópicos específicos existentes no Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência, assim como os riscos apresentados, também delimitados no Mapa de Risco, anexo.

8. Descrição da Solução

A Descrição da Solução como um todo se encontra pormenorizada em Tópico específico existente no Estudo Técnico Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

9. Estimativa de Valor

O custo estimado total da contratação é de R\$41.997,00 (quarenta e um mil, novecentos e noventa e sete reais), conforme custos unitários apresentados no MAPA COMPARATIVO em anexo.

10. Local de Entrega

O local de prestação dos serviços será no Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte. O endereço da sede do Quartel é:
Avenida Allan Kardec, 700 – Parque Industrial – CEP: 87207-044 – Cianorte-PR
Telefone: (44) 3351-3350 – e-mail: 4cibm-slf@cbm.pr.gov.br.

11. Adequação Orçamentária e Origem dos recursos

Classificação Funcional Programática	Atividade/Projeto/Elemento de Despesa	Fonte	Reduzido
APOIO A EXECUCAO DOS SERVICOS DE BOMBEIROS	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	515	733
16.004.06.182.0006.2148	3.3.90.40.00.00		
APOIO A EXECUCAO DOS SERVICOS DE BOMBEIROS	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	3515	733
16.004.06.182.0006.2148	3.3.90.40.00.00		

Origem dos recursos : (X)Municipal () Estadual () Federal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Mobilidade e Segurança
Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná - FUNREBOM

12. Prazos de Vigência e Execução

12.1. O prazo de Execução do contrato será de **5 anos**, contados a partir da data de sua assinatura e Vigência de **5 anos**, podendo ser prorrogado por igual período.

12.2. O prazo para a **instalação, configuração dos equipamentos e disponibilização do serviço** de conexão à internet será de **até 20 (vinte) dias**, contados da assinatura do contrato.

12.3. A **execução contínua dos serviços** estender-se-á por todo o período de vigência contratual, contado o termo inicial a partir do recebimento provisório/aceite da ativação. O período final de vigência destina-se ao recebimento definitivo do objeto, ao processamento dos pagamentos remanescentes e ao encerramento formal das obrigações contratuais.

12.4. Os valores contratuais poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, com base na variação do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** acumulado no período ou, em sua ausência/extinção, pelo índice oficial que o substituir.

13. Critérios de Medição e/ou de Pagamento

Os pagamentos serão efetuados em até 15 dias após a prestação dos serviços e entrega da nota fiscal, com base nos preços unitários apresentados na proposta/lance, e ainda, mediante a verificação de regularidade ou apresentação dos seguintes documentos:

- a) negativas de FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipais, e caso exista filial no Município de Cianorte a Certidão Negativa desta também deverá ser apresentada;
- e) Situação perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (Cartão CNPJ);
- f) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual do domicílio da empresa.

14. Existência de Licitação Anterior

Pregão Eletrônico nº 111/2022.

15. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

16. Gestão e Fiscalização do Contrato

16.1. Da Gestão do Contrato
A gestão do Contrato será atribuída à Servidora Dayana Santiago Mantrean, MATRICULA: 5400469, Assistente Administrativo, Lotada na Divisão de Trânsito - DIRETRAN, e-mail: transito.recurso@cianorte.pr.gov.br.

16.2. Da Fiscalização do Contrato
A Fiscalização do Contrato será atribuída ao Servidor Renan Bataglia, CREA-PR 150755/D, MATRICULA: 5400415, Engenheiro Civil, Lotado na Divisão de Trânsito - DIRETRAN, e-mail: eng.renan@cianorte.pr.gov.br.

17. Requisitos da Contratação

A CONTRATADA deverá apresentar, minimamente, os seguintes certificados e qualificações:

• ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou certidão(ões) que comprove(m) que a licitante executou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipais serviços semelhantes, devendo o documento identificar:

- No mínimo, um serviço semelhante ao objeto do presente edital;
- Entidade para o qual o serviço foi prestado (razão social, endereço e telefone);
- Descrição do serviço;
- Período em que foi prestado o serviço;
- Nome, cargo e assinatura do responsável pela expedição do documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Mobilidade e Segurança

Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná - FUNREBOM

- Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado a contratação.
- Certidão de registro no CREA/CAU.
- Certidão que comprove a outorga concedida pela ANATEL à empresa para explorar os Serviços SCM e a comprovação de regularidade junto a ANATEL.

18. Justificativa para o Parcelamento ou Não do Objeto

Em relação ao parcelamento ou não, a justificativa encontra-se pormenorizada em tópico específico existente no Estudo Técnico Preliminar.

19. Da Participação Exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (MPE) e Âmbito Local

Conforme lista em anexo, informamos que em Cianorte existem MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS - MEIs aptos a executar a demanda. Dessa forma, solicitamos que o certame seja exclusivo às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, conforme Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações pela Lei Complementar 147/2014, com a aplicação do Decreto Municipal nº 125/2016, que visa promover o desenvolvimento econômico e social em âmbito local.

20. Reserva de Cota

Não se aplica.

21. Declaração de que o Objeto Demandado Não se Enquadra como Artigo De Luxo

Em atendimento ao disposto no art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 237/2021, declara-se que os itens a serem adquiridos não compreendem artigos de luxo. Logo, reafirmamos que os itens do objeto em questão são de qualidade comum e não superior à necessária finalidade a qual se destina.

22. Modelo de Execução do Objeto

22.1. Rotinas a serem cumpridas

22.1.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

22.1.2. Disponibilizar serviço de acesso dedicado à rede mundial de computadores (Internet), com velocidade mínima de 200 Mbps para download e 200 Mbps para upload, ou conforme especificação constante no Termo de Referência.

22.1.3. Manter o serviço disponível durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, assegurando elevada disponibilidade e continuidade da conexão.

22.1.4. Realizar a instalação, ativação, configuração e testes do circuito de internet nas dependências do Corpo de Bombeiros de Cianorte, garantindo seu pleno funcionamento.

22.1.5. Fornecer todos os equipamentos necessários à prestação do serviço, tais como modem, ONT, conversores, transceptores, roteadores (quando previstos na contratação) e demais dispositivos indispensáveis ao funcionamento da conexão.

22.1.6. Responsabilizar-se pela configuração dos equipamentos fornecidos, garantindo sua compatibilidade com a infraestrutura de rede existente.

22.1.7. Disponibilizar conexão com endereço IP público fixo, caso previsto na especificação técnica da contratação.

22.1.8. Disponibilizar sistema de monitoramento ou portal de gerenciamento que permita o acompanhamento do desempenho do circuito e a emissão de relatórios.

22.1.9. Disponibilizar mecanismo de controle e registro do tráfego de dados por usuário, permitindo a identificação da utilização da rede, conforme especificações técnicas e observada a legislação aplicável à proteção de dados.

22.1.10. Manter central de atendimento técnico para registro de chamados durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Mobilidade e Segurança

Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná - FUNREBOM

22.1.11. Atender aos chamados técnicos dentro dos prazos estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço (SLA), promovendo o restabelecimento da conexão no menor tempo possível.

22.1.12. Efetuar manutenção preventiva, corretiva e atualização dos equipamentos fornecidos, sempre que necessário, sem custos adicionais para a Administração.

22.1.13. Substituir imediatamente equipamentos defeituosos que comprometam a prestação do serviço, observando os prazos estabelecidos contratualmente.

22.1.14. Comunicar previamente ao fiscal do contrato qualquer manutenção programada que possa ocasionar interrupção do serviço, indicando data, horário e duração prevista.

22.1.15. Garantir que eventuais interrupções programadas sejam realizadas, preferencialmente, fora do horário de expediente da unidade.

22.1.16. Manter equipe técnica qualificada para atendimento presencial ou remoto sempre que necessário.

22.1.17. Observar todas as normas técnicas da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), bem como demais normas aplicáveis à prestação dos serviços de telecomunicações.

22.1.18. Disponibilizar mensalmente relatório contendo informações sobre disponibilidade do serviço, consumo de banda, ocorrências, indisponibilidades e atendimentos realizados, quando solicitado pela fiscalização.

22.1.19. Manter absoluto sigilo sobre as informações eventualmente acessadas em razão da prestação dos serviços, observando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

22.1.20. Cumprir todas as determinações da fiscalização do contrato e executar outras atividades correlatas necessárias à perfeita prestação dos serviços contratados.

22.2. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

22.2.1. A empresa deverá ser regularmente autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para prestação dos serviços objeto da contratação.

22.2.2. A solução deverá contemplar todos os materiais, equipamentos, acessórios, cabos, conectores, licenças e demais insumos necessários à completa execução dos serviços.

22.2.3. Todos os custos relativos à instalação, ativação, configuração, manutenção, suporte técnico e substituição de equipamentos deverão estar incluídos na proposta comercial.

22.2.4. A contratada deverá disponibilizar atendimento técnico remoto e presencial durante toda a vigência contratual.

22.2.5. A contratada deverá disponibilizar canal para abertura e acompanhamento de chamados técnicos.

22.2.6. Os equipamentos fornecidos deverão permanecer em perfeito estado de funcionamento durante toda a vigência do contrato, sendo responsabilidade da contratada sua manutenção e eventual substituição.

22.2.7. A infraestrutura interna de rede existente no Corpo de Bombeiros de Cianorte será utilizada para distribuição do acesso, cabendo à contratada fornecer apenas os equipamentos necessários até o ponto de entrega do serviço, salvo disposição diversa no Termo de Referência.

22.3. Equipamentos

22.3.1. Todos os equipamentos necessários à prestação do serviço deverão ser fornecidos em regime de comodato, sem custos adicionais para a Administração.

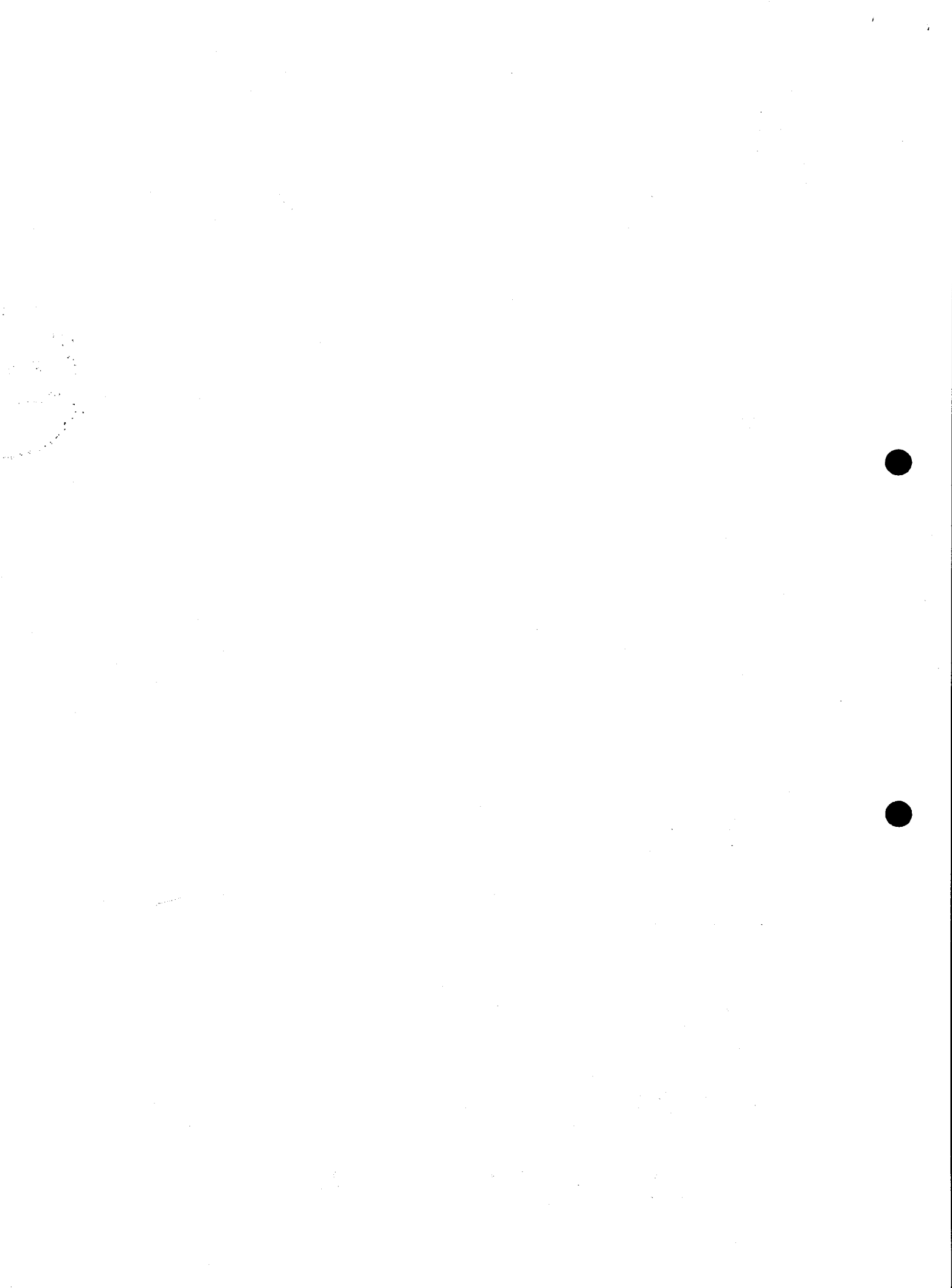
22.3.2. Os equipamentos deverão ser novos ou seminovos em perfeito estado de funcionamento,

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ – “NÓS SALVAMOS VIDAS”

Fone (44) 3351-3350 - e-mail: 4cibm-slf@cbm.pr.gov.br

Avenida Allan Kardec, 700 – Parque Industrial – CEP: 87207-044 - Cianorte-PR

RECIBIDO
FOL
18
J



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Mobilidade e Segurança

Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná - FUNREBOM

homologados pela ANATEL e compatíveis com a velocidade contratada.

22.3.3. Os equipamentos deverão possuir alimentação elétrica compatível com os padrões nacionais e permanecer sob responsabilidade da contratada durante toda a vigência do contrato.

22.3.4. Em caso de falha ou defeito, os equipamentos deverão ser substituídos pela contratada dentro do prazo estabelecido no contrato, sem qualquer ônus para o contratante.

22.3.5. Ao término do contrato, os equipamentos fornecidos em comodato poderão ser retirados pela contratada, desde que não haja pendências contratuais hábil

22.4. Equipe Técnica

22.4.1. A contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados para instalação, configuração, manutenção e suporte técnico dos serviços.

22.4.2. Os profissionais deverão utilizar identificação funcional durante os atendimentos presenciais nas dependências do Corpo de Bombeiros de Cianorte.

22.4.3. A contratada será responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e securitários relativos aos seus empregados.

22.4.4. Quando houver necessidade de execução de atividades nas dependências da Administração, os profissionais deverão observar todas as normas de segurança da unidade e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados às atividades desenvolvidas.

23. Modelo de Gestão do Contrato

O Decreto Municipal 31/2023 define que o modelo de gestão deve conter:

I – Os agentes públicos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato;

Já está descrito no item 16 deste termo.

II – A forma de pagamento do objeto contratado;

Já descrito no item 13 deste termo.

III – A obrigação do contratado de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução;

Manter durante a execução do contrato/atas todas as condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento (inciso XVI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações).

IV – O método de avaliação da conformidade dos produtos entregues e/ou dos serviços prestados com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento provisório;

Já descrito no item 17 deste termo.

V – O método de avaliação da conformidade dos produtos entregues e/ou dos serviços prestados com relação aos termos contratuais e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento definitivo;

Já descrito no item 17 deste termo.

VI – as sanções, glosas e extinção do contrato.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

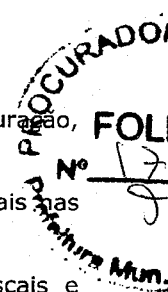
O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

- Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- Dar causa à inexecução total do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ – “NÓS SALVAMOS VIDAS”

Fone (44) 3351-3350 - e-mail: 4cibm-slf@cbm.pr.gov.br

Avenida Allan Kardec, 700 – Parque Industrial – CEP: 87207-044 - Cianorte-PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Mobilidade e Segurança

Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná - FUNREBOM

- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Não assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato no prazo previsto neste Edital ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

- Advertência:
 - Aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- Multa, sendo:
 - Compensatória de 20% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
 - Compensatória de 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.
 - Moratória de 0,5% por dia sobre o valor total do contrato, limitado ao máximo de 10% do valor da Ata de Registro de Preços licitada, pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens/lotos ofertados. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.
- Impedimento de licitar e contratar:
 - Aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:
 - Aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar disposto no item "19.2, inciso III" e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas no inciso II do mesmo artigo.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

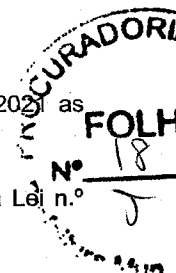
Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ – “NÓS SALVAMOS VIDAS”

Fone (44) 3351-3350 - e-mail: 4cibm-slf@cbm.pr.gov.br

Avenida Allan Kardec, 700 – Parque Industrial – CEP: 87207-044 - Cianorte-PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Mobilidade e Segurança

Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná - FUNREBOM

VII. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

A análise dos critérios para verificação de ocorrência dos motivos para extinção contratual previstos observarão o Decreto Municipal n.º 31/2023, bem como as disposições contidas no Decreto Municipal n.º 141/2020.

O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

Decorrido atraso na execução do objeto, de período igual ou superior a 1/3 (um terço) do prazo de execução, sem manifestação da CONTRATADA, estará caracterizada a inadimplência da mesma ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de tomar as medidas cabíveis para a extinção Contratual e a aplicação da multa.

A extinção do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

Declarada a extinção do Contrato, que vigorará a partir da data da sua declaração, a CONTRATADA se obriga, expressamente, como ora o faz, a entregar os serviços já concluídos, não criando dificuldades de qualquer natureza.

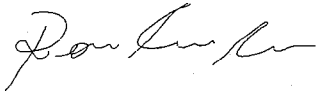
24. Das Disposições Finais

Em caso de informações omissas, este Processo Licitatório e todos os seus atos ocorrerão em conformidade com o que rege a Lei 14.133/2021 e o Decreto Municipal 31/2023.

Nestes termos, pede-se prosseguimento.

Cianorte- PR, 13 de outubro de 2026


Elisvaldo Balbino dos Santos
Secretário Municipal de Segurança e Mobilidade


2º Tenente Roni Carlos Costa
Corpo de Bombeiros-FUNREBOM

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ – “NÓS SALVAMOS VIDAS”

Fone (44) 3351-3350 - e-mail: 4cibm-slf@cbm.pr.gov.br

Avenida Allan Kardec, 700 – Parque Industrial – CEP: 87207-044 - Cianorte-PR



PEDIDO Nº5773

PEDIDO DE COMPRA

Registro de Preço:

Centro Custo: FUNREBOM

Dotações:

DOTAÇÃO	FONTE RECURSO
1600406182000621483390400000 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	515 - FUNREBOM
1600406182000621483390400000 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	3515 - FUNREBOM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESERVAÇÃO DE SERVIÇO DE CONEXÃO COM A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET0), COM VELOCIDADE MINIMO DE 200 MEGAS PARA DOWLOAD E 200 MEGAS PARA UPLOAD, SENDO ESSE LINK DEDICADO E CONTENDO DO REGISTRO DO TRÁFEGO DE DADOS POR USUÁRIO, PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIRO DE CIANORTE.

Itens do Pedido

LOTE	ORDEM	ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DESCRIÇÃO
1	1	73724	SERVIÇO	60	599,00	35.940,00	Link dedicado através de fibra óptica, para conexão com a rede mundial de computadores (internet) com velocidade mínima de 200 MB para download e 200 MB para upload. ESPECIFICAÇÕES: Internet banda larga de 200 megabits 1.1. Meio de transmissão: Fibra óptica. 1.2. Taxa de Download: 200 megabits por segundo 1.3. Taxa de Upload: 200 megabits por segundo 1.4. Disponibilidade: 24 horas por dia, durante todos os dias da semana. 1.5. Assistência técnica: 24 horas por dia, durante todos os dias da semana. 1.6. Disponibilizar modem ou equipamentos necessários para a utilização do serviço. 1.7. Controle de acesso com as seguintes obrigações: * Hotspot social com capacidade para atender 50 conexões; * Autenticação por meio de redes sociais, SMS e cadastros customizáveis; * Contagem de pessoas, tempo de permanência, taxa de reincidência média por período; * Estar em conformidade com as leis vigentes quanto a fornecimento de internet ao público, em especial a do Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965/2014; * Construir um cadastro dos clientes com informações sobre o perfil de visitação, frequência, tempo de permanência individual de cada visitante; * Prover uma ferramenta administrativa para manuseio dos dados coletados dos clientes; * Prover mecanismos de ACL (Access Control List) para controle de acesso de funcionários e administradores da ferramenta administrativa por perfis customizáveis; * Prover versão da ferramenta administrativa em formato de aplicativos nativos para as plataformas Android e iOS; * Prover API de comunicação para integração com sistemas externos da entidade; * Prover relatório de consumo de banda por usuário; * Permitir controle de banda e acesso a internet por usuário e perfis de usuário; * Permitir o cadastro de uma blacklist contendo sites inapropriados; * Permitir a conexão da rede a Wi-Fi sem a necessidade do usuário realizar a instalação de aplicativos externos; * Permitir a conexão da rede a Wi-Fi sem a necessidade do usuário fazer check-in obrigatoriamente.

Valor Total: R\$ 35.940,00 (trinta e cinco mil, novecentos e quarenta reais)
Cianorte, 08/07/2026

Autorizo cumpridas as formalidades legais

Usuário Elaborador - DAYANA SANTIAGO MANTREAN

Responsável pela Demanda

Elisvaldo Balbino dos Santos
Secr. Mun. de Segurança e Mobilidade
Portaria nº 1364/2025 - SEC/ADM

**MUNICIPIO DE CIANORTE**

CNPJ : 76.309.806/0001-28

Estado do Paraná

- CEP: 87200256 (44) 3619-6200

NOTA DE RESERVA DE DOTAÇÃO

Nº : 24258

Data: 13/08/2026

Reduzido:733

Orgão:16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Unidade:16004 - DIRETORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Funcao:06 - SEGURANCA PUBLICA

SubFuncao:182 - DEFESA CIVIL

Prog. Trabalho:0006 - CIANORTE COM SEGURANCA

Projeto/Ativ:2148 - APOIO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE BOMBEIROS

Natureza Desp.:3.3.90.40.0000 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA

F. de Recurso:3515 - FUNREBOM

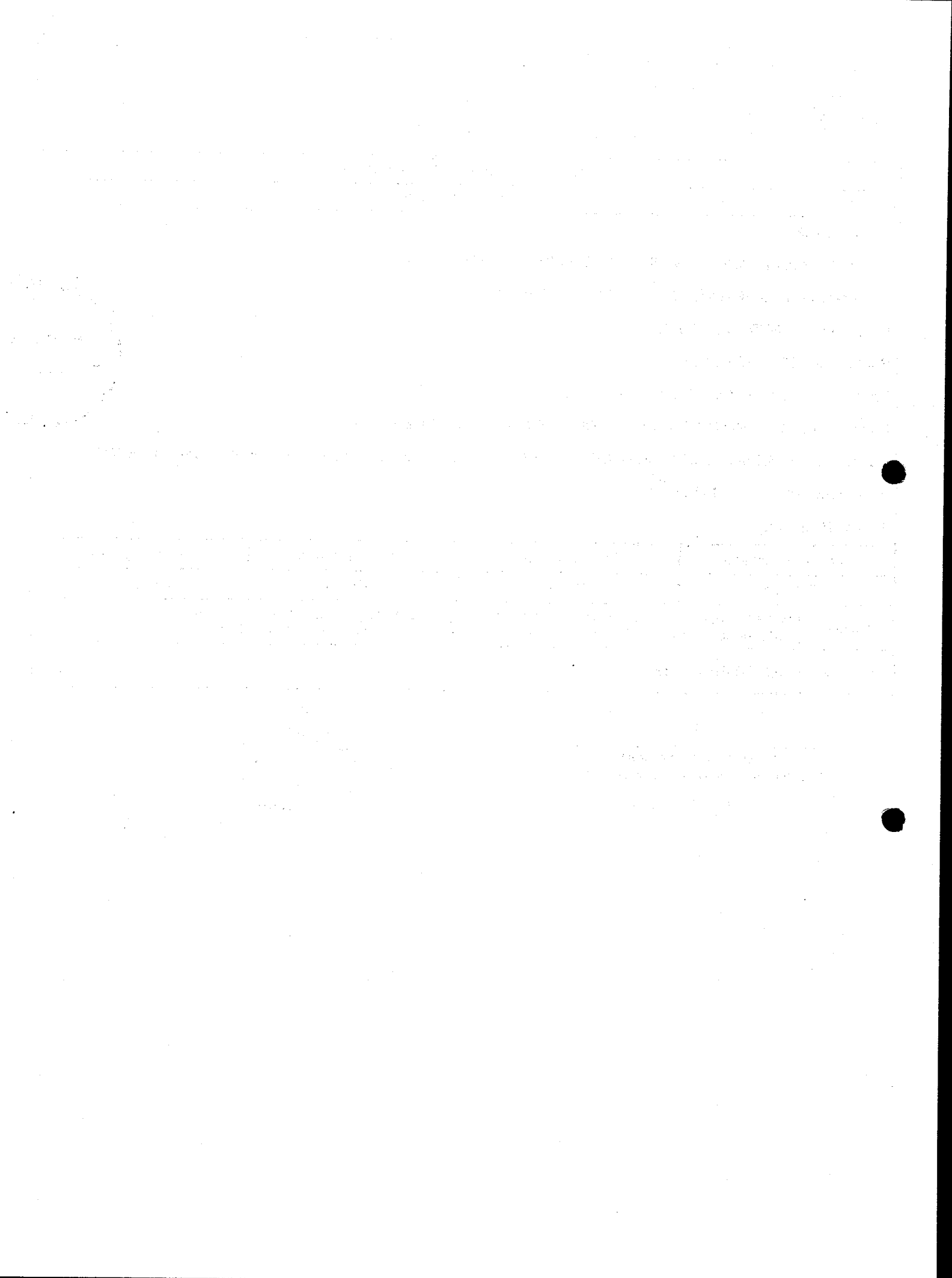
Tipo de Bloq.:Valor

Orçado Atualizado	Saldo Anterior	Valor Reservado	Saldo Disponível
5.000,00	7.423,00	2.396,00	5.027,00
Descrição:	Reserva de Saldo para Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 megabits para		
Histórico:	132 - RESERVA DE DOTAÇÃO		

ELISVALDO BALBINO DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E

Lee Wen Shiu
Contador
CRC PR - 080108/O





DECLARAÇÃO

Eu, Anamaria Alves dos Santos, Assessora de Planejamento do Município de Cianorte, no uso de minhas atribuições legais e em atenção à solicitação da Secretaria Municipal de Segurança e Mobilidade, DECLARO que existem previsões na Lei nº 5.827, de 18 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA 2026-2029, para o termo aditivo proposto, conforme detalhado abaixo:

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão com a rede mundial de computadores (Internet), com velocidade mínima de 200MB para download e 200MB para upload, contendo controle do tráfego de dados por usuário, para o Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte.

Valor total orçado: R\$ 35.940,00 (trinta e cinco mil, novecentos e quarenta e reais).

Valor previsto para execução em 2026: R\$ 2.396,00 (dois mil, trezentos e noventa e seis reais).

Programa: 0006 – CIANORTE COM SEGURANÇA

Ação/Função-Subfunção	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$)
2148 – APOIO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE BOMBEIROS	2026	1	25.000,00
3.3.90.40 – Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica	2027	1	5.300,00
Função: 06 – Segurança Pública	2028	1	5.618,00
Subfunção: 182 – Defesa Civil	2029	1	5.955,08

Fundamento legal: Lei nº 5.827, de 18 de dezembro de 2025 – PPA 2026 – 2029, sendo os valores para 2026, atualizados conforme Lei Municipal nº 5.829, de 30 de dezembro de 2025 – LOA 2026 e atualizações posteriores.

Declaro, também, que os valores constantes dos programas poderão ser alterados/suplementados por meio de Decreto ou Lei específica, visando atender demandas da administração que possam surgir no decorrer dos exercícios de competência do PPA 2026-2029, seja para a inclusão de recursos decorrentes de convênios firmados ou de quaisquer outros recursos destinados ao custeio das ações do programa.

Cianorte, 19 de agosto de 2026.



Documento assinado digitalmente

ANAMARIA ALVES DOS SANTOS

Data: 19/08/2026 09:39:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANAMARIA ALVES DOS SANTOS
Assessora de Planejamento

MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

It.	Cód.	Qtde	Incisos			Período de pesquisa		
			35.940,00	Pesquisa Empresas	Pesquisa Empresas	Incício	Fim	
1	73724	60	599,00	900,00	599,00	07/06/26	07/10/26	

Demais informações/justificativas

Para a formação de preço em cumprimento ao decreto 31/2023, justificando os parâmetros não utilizados e usados nessa pesquisa: Inciso I (PNCP). Não foram encontrado com a especificação do item em outras entidades, e no município. Inciso II: Não foram encontrado com a especificação do item em outras entidades, e no município. Inciso III: Não foram encontrado com a especificação do item. Inciso IV: Não foram encontrado com a especificação do item. Inciso V: Não foram encontrado com a especificação do item. Inciso VI: Não foram encontrado com a especificação do item. Inciso VII: Conforme a pesquisa em anexo, FORAM ENCONTRADOS 3 (TRÊS) ORÇAMENTOS.

Dayana S M
 Dayana Santiago Mantrean



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

ESTADO DO PARANÁ

OFÍCIO Nº 061/2026

Cianorte, 14 de agosto de 2026.

À divisão de Licitação

Assunto: Encaminhamento de orçamentos



Em atendimento ao processo de licitação, referente ao processo de Contratação de empresa para prestação de serviços de internet para o Corpo de Bombeiros de Cianorte, informamos que foram realizados levantamentos de preços por meio de contatos presenciais junto às empresas do ramo, pelo Soldado do Corpo de Bombeiros Gustavo Fagundes, conforme segue:

- **54.474.352 DIEGO AJC INTERNET LTDA**
CNPJ: 39.317.232/0001-03
Valor: R\$ 599,00
07/07/2026
- **VIBE PROVEDOR DE INTERNET LTDA**
CNPJ: 18.016.662/0001-15
Valor: R\$ 900,00
07/07/2026
- **NETCIA INTERNET LTDA**
CNPJ: 40.734.458/0001-99
Valor: R\$ 1.900,00
07/07/2026

Os orçamentos acima foram coletados com o objetivo de subsidiar a formação do valor de referência para a referida dispensa licitatória, e continuam válidos na presente data.



Documento assinado digitalmente
GUSTAVO FAGUNDES
Data: 14/08/2026 16:32:53-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

SD QPBM GUSTAVO FAGUNDES
Corpo de Bombeiros-FUNREBOM



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

ESTADO DO PARANÁ

PROPOSTA DE ORÇAMENTO POR FORNECEDOR

Empresa	Vibe Internet
CNPJ	18.016.662/0001-15
Endereço	Goias 1140
Telefone de Contato	(44) 99841-3499
Nome da pessoa indicada para contato	Comunidade Goias
E-mail	financeiro@vibe.com.br
Data de Emissão	07/07/2026
Validade do orçamento	60 dias



Item	Quantidade	Descrição do item	Valor Unitário (Mensal) – em Reais (R\$)	Valor Total (Anual) – em Reais (R\$)
1	12	Link dedicado através de fibra óptica, para conexão com a rede mundial de computadores (internet) com velocidade mínima de 200 MB para download e 200 MB para upload. ESPECIFICAÇÕES: Internet banda larga de 200 megabytes 1.1. Meio de transmissão: Fibra óptica. 1.2. Taxa de Download: 200 Megabytes por segundo 1.3. Taxa de Upload: 200 Megabytes por segundo 1.4. Disponibilidade: 24 horas por dia, durante todos os dias da semana. 1.5. Assistência técnica: 24 horas por dia, durante todos os dias da semana. 1.6. Disponibilizar modem ou equipamentos necessários para a utilização do serviço. 1.7. Controle de acesso com as seguintes obrigações: • Hotspot social com capacidade para atender 50 conexões; • Autenticação por meio de redes sociais, SMS e cadastros customizáveis; • Contagem de pessoas, tempo de permanência, taxa de reincidência média por período; • Estar em conformidade com as leis vigentes quanto a fornecimento de internet ao público, em especial a do	900,00	10 800,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

ESTADO DO PARANÁ

	Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965/2014; • Construir um cadastro dos clientes com informações sobre o perfil de visitação, frequência, tempo de permanência individual de cada visitante; • Prover uma ferramenta administrativa para manuseio dos dados coletados dos clientes; • Prover mecanismos de ACL (Access Control List) para controle de acesso de funcionários e administradores da ferramenta administrativa por perfis customizáveis; • Prover versão da ferramenta administrativa em formato de aplicativos nativos para as plataformas Android e iOS; • Prover API de comunicação para integração com sistemas externos da entidade; • Prover relatório de consumo de banda por usuário; • Permitir controle de banda e acesso a internet por usuário e perfis de usuário; • Permitir o cadastro de uma blacklist contendo sites inapropriados; • Permitir a conexão da rede a Wi-Fi sem a necessidade do usuário realizar a instalação de aplicativos externos; • Permitir a conexão da rede a Wi-Fi sem a necessidade do usuário fazer check-in obrigatoriamente.		
--	--	--	--



VIBE INTERNET PROVEDOR DE
TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP
CNPJ 18.016.662/0001-13

Camilla Reiz

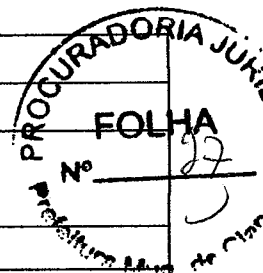


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

ESTADO DO PARANÁ

PROPOSTA DE ORÇAMENTO POR FORNECEDOR

Empresa	ATC Internet Lda
CNPJ	39.317.232/0001-03
Endereço	Rua São Paulo 1107
Telefone de Contato	(44) 30195050
Nome da pessoa indicada para contato	Jaqueline ou Thais
E-mail	nf@webmaxx.com.br
Data de Emissão	07/07/2026
Validade do orçamento	60 dias



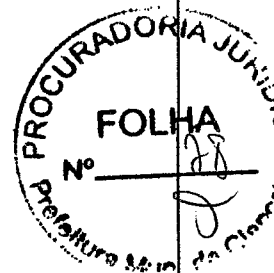
Item	Quantidade	Descrição do item	Valor Unitário (Mensal) – em Reais (R\$)	Valor Total (Anual) – em Reais (R\$)
1	12	Link dedicado através de fibra óptica, para conexão com a rede mundial de computadores (internet) com velocidade mínima de 200 MB para download e 200 MB para upload. ESPECIFICAÇÕES: Internet banda larga de 200 megabytes 1.1. Meio de transmissão: Fibra óptica. 1.2. Taxa de Download: 200 Megabytes por segundo 1.3. Taxa de Upload: 200 Megabytes por segundo 1.4. Disponibilidade: 24 horas por dia, durante todos os dias da semana. 1.5. Assistência técnica: 24 horas por dia, durante todos os dias da semana. 1.6. Disponibilizar modem ou equipamentos necessários para a utilização do serviço. 1.7. Controle de acesso com as seguintes obrigações: • Hotspot social com capacidade para atender 50 conexões; • Autenticação por meio de redes sociais, SMS e cadastros customizáveis; • Contagem de pessoas, tempo de permanência, taxa de reincidência média por período; • Estar em conformidade com as leis vigentes quanto a fornecimento de internet ao público, em especial a do	599,00	7.188,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

ESTADO DO PARANÁ

	Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965/2014; • Construir um cadastro dos clientes com informações sobre o perfil de visitação, frequência, tempo de permanência individual de cada visitante; • Prover uma ferramenta administrativa para manuseio dos dados coletados dos clientes; • Prover mecanismos de ACL (Access Control List) para controle de acesso de funcionários e administradores da ferramenta administrativa por perfis customizáveis; • Prover versão da ferramenta administrativa em formato de aplicativos nativos para as plataformas Android e iOS; • Prover API de comunicação para integração com sistemas externos da entidade; • Prover relatório de consumo de banda por usuário; • Permitir controle de banda e acesso a internet por usuário e perfis de usuário; • Permitir o cadastro de uma blacklist contendo sites inapropriados; • Permitir a conexão da rede a Wi-Fi sem a necessidade do usuário realizar a instalação de aplicativos externos; • Permitir a conexão da rede a Wi-Fi sem a necessidade do usuário fazer check-in obrigatoriamente.		
--	--	--	--



39.317.232/0001-03

AJC INTERNET LTDA.

AV. SÃO PAULO, 1107 - ZONA 02

87200-424 - CIANORTE - PR

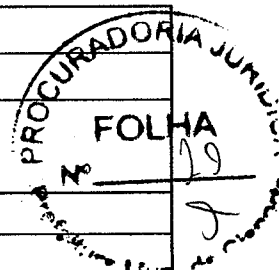


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

ESTADO DO PARANÁ

PROPOSTA DE ORÇAMENTO POR FORNECEDOR

Empresa	NETCIA INTERNET LTDA
CNPJ	40.734.458/0001-99
Endereço	Av. Mato Grosso, 1459
Telefone de Contato	44- 99997-7457
Nome da pessoa indicada para contato	Fernando José Bitencourt Ferreira
E-mail	netciainternet@gmail.com
Data de Emissão	07/07/2026
Validade do orçamento	60 dias



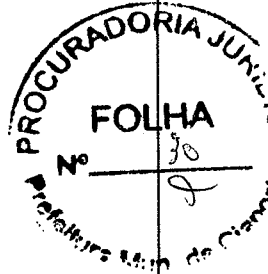
Item	Quantidade	Descrição do item	Valor Unitário (Mensal) – em Reais (R\$)	Valor Total (Anual) – em Reais (R\$)
1	12	Link dedicado através de fibra óptica, para conexão com a rede mundial de computadores (internet) com velocidade mínima de 200 MB para download e 200 MB para upload. ESPECIFICAÇÕES: Internet banda larga de 200 megabytes 1.1. Meio de transmissão: Fibra óptica. 1.2. Taxa de Download: 200 Megabytes por segundo 1.3. Taxa de Upload: 200 Megabytes por segundo 1.4. Disponibilidade: 24 horas por dia, durante todos os dias da semana. 1.5. Assistência técnica: 24 horas por dia, durante todos os dias da semana. 1.6. Disponibilizar modem ou equipamentos necessários para a utilização do serviço. 1.7. Controle de acesso com as seguintes obrigações: • Hotspot social com capacidade para atender 50 conexões; • Autenticação por meio de redes sociais, SMS e cadastros customizáveis; • Contagem de pessoas, tempo de permanência, taxa de reincidência média por período; • Estar em conformidade com as leis vigentes quanto a fornecimento de internet ao público, em especial a do	1.900,00	22.800,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

ESTADO DO PARANÁ

	Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965/2014; • Construir um cadastro dos clientes com informações sobre o perfil de visitação, frequência, tempo de permanência individual de cada visitante; • Prover uma ferramenta administrativa para manuseio dos dados coletados dos clientes; • Prover mecanismos de ACL (Access Control List) para controle de acesso de funcionários e administradores da ferramenta administrativa por perfis customizáveis; • Prover versão da ferramenta administrativa em formato de aplicativos nativos para as plataformas Android e iOS; • Prover API de comunicação para integração com sistemas externos da entidade; • Prover relatório de consumo de banda por usuário; • Permitir controle de banda e acesso a internet por usuário e perfis de usuário; • Permitir o cadastro de uma blacklist contendo sites inapropriados; • Permitir a conexão da rede a Wi-Fi sem a necessidade do usuário realizar a instalação de aplicativos externos; • Permitir a conexão da rede a Wi-Fi sem a necessidade do usuário fazer check-in obrigatoriamente.		
--	--	--	--



NETCIA INTERNET
LTDA:4073445800
0199

Assinado de forma digital
por NETCIA INTERNET
LTDA:40734458000199
Dados: 2026.07.07
16:16:41 -03'00'

Netcia Internet Ltda

Fernando José Bitencourt Ferreira
(Proprietário)



PEDIDO DE INÍCIO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2215/2026
Documento de Formalização de Demanda

Origem: Secretaria de Segurança e Mobilidade	Data: 18/08/2026
--	------------------

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 MB para download e 200 MB para upload, contendo controle do registro do tráfego de dados por usuário, para o Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte.

Valor Total: R\$ 35.940,00 (trinta e cinco mil, novecentos e quarenta reais)

Justificativa: Conforme item 2 do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

Lote	Ordem	Item	Unidade	Especificação	Quantidade	Vlr Máx. Unit.	Vlr Máx. Total
1	1	73724	SERVIÇO	Link dedicado através de fibra óptica, para conexão com a rede mundial de computadores (internet) com velocidade mínima de 200 MB para download e 200 MB para upload. ESPECIFICAÇÕES: Internet banda lar	60,00	R\$ 599,00	R\$ 35.940,00

Prazo de Execução: 60 meses. **Prazo de vigência:** 60 meses.

Condições de Entrega: Conforme Termo de Referência.

Condições de Pagamento: 10 dias úteis após a entrega da Nota Fiscal

Fiscal do Contrato

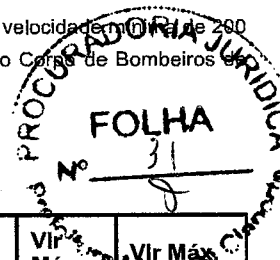
Nome	RG	CPF
DAYANA SANTIAGO MANTREAN	8.804.221-2	010.029.609-24
RENAN BATAGLIA	91059452	009.391.039-82

Dotação Orçamentária

Programática	Fonte de Recurso	Dotação
1600406182000621483390400000	515	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA
1600406182000621483390400000	3515	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA

Emissor: Daiane Nascimento Bonfim

Secretário Municipal de Segurança e Mobilidade
Elisvaldo Balbino dos Santos





AUTORIZAÇÃO

Eu, **MARCO ANTONIO FRANZATO**, Prefeito do Município de Cianorte, diante das informações constantes no Pedido de Início de Processo Licitatório nº 2215/2026, autorizo a instauração do processo licitatório, conforme informações abaixo descritas:

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 MB para download e 200 MB para upload, contendo controle do registro do tráfego de dados por usuário, para o Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte.

Prazo de Execução: 60 meses.

Valor Estimado Total: R\$ 35.940,00 (trinta e cinco mil, novecentos e quarenta reais)

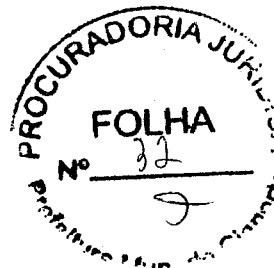
Paço Municipal, 19/08/2026

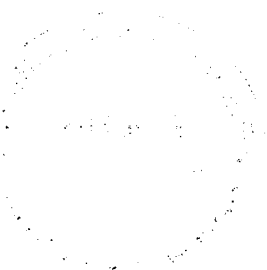
MARCO ANTONIO FRANZATO:30680085904
085904

Assinado de forma digital
por MARCO ANTONIO
FRANZATO:30680085904
Dados: 2026.08.19 13:49:50
-03'00'

MARCO ANTONIO FRANZATO

Prefeito







PREFEITURA DE CIANORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Justificativa para não utilização do orçamento estimado de caráter sigiloso previsto no art. 24 da Lei 14133/2021

A NLLC 14.133/2021 trata em seu art. 24 a possibilidade da não divulgação do orçamento estimado:

"Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

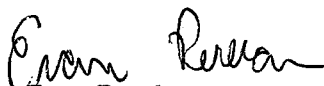
I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo;"

É evidente que tal previsão, tem como propósito a obtenção uma melhor vantagem econômica, uma vez que as concorrentes não possuirão uma referência para apresentarem preços adjacentes ao valor disponibilizado em edital e orçamentos anexos.

Entretanto, os orçamentos não divulgados impedem o acesso da sociedade em geral, podendo gerar certa desconfiança quanto a metodologia da formação dos preços, ressalvados os órgãos de controle interno e externo cujo direito a tais informações são irrestritas.

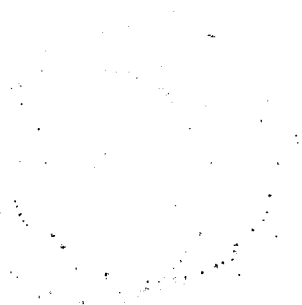
Novas licitantes também poderão ter dificuldades de acesso as informações, tendo em vista a menor experiência, prejudicando o adequado preparo para a participação ou ainda promovendo a desistência da empresa. Essas restrições poderão gerar um aumento de questionamentos acerca da falta de tais informações nessa fase anterior à abertura de sessão, e contrariamente, diminuir as impugnações de fato pertinentes ao processo, uma vez que a fase interna não é avaliada na totalidade pelos prováveis licitantes.

Com isso, para o momento e para o objeto pretendido **não aplicaremos o sigilo a essas informações**, sendo a fase inicial-interna divulgada na íntegra, inclusive de forma a contribuir para a manutenção do elevado índice de transparência conquistado por esse Município junto ao Tribunal de Contas de nosso Estado.


Evan Pereira

Chefe da Divisão de Licitações







PORTARIA Nº 1541/2026-SEC/ADM.

O Prefeito do Município de Cianorte, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Municipal nº 31, de 24 de fevereiro de 2023 e a Lei Complementar Municipal nº 243, de 4 de maio de 2023 que estabelecem as atribuições das funções do Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio;

Considerando as disposições do Decreto Municipal nº 31, de 24 de fevereiro de 2023 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, em caráter permanente, para atuarem como Agentes de Contratação nos procedimentos licitatórios embasados na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 31, de 24 de fevereiro de 2023 e alterações, as seguintes servidoras:

Ivoneide de Jesus Costa
Patricia Angélica Vela
Adriana Francisco Ruiz Caleffi

Parágrafo único: Nas licitações da Modalidade Pregão, a agente responsável pela condução do certame será denominada Pregoeira.

Art. 2º. Designar, em caráter permanente, para comporem a Equipe de Apoio nos procedimentos licitatórios embasados na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 31, de 24 de fevereiro de 2023 e alterações, os seguintes servidores:

Daiane Nascimento Bonfim
Gabriel Max Macedo
Giovana Sayuri Medeiros Hirata
Renata Saracita Pacheco
Thayse Luanna Ferreira Fernandes

Art. 3º. Exceutam-se do disposto nos artigos 1º e 2º desta Portaria os procedimentos de dispensa licitatória fundamentados nos incisos I e II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, aos quais serão aplicadas as disposições contidas na Portaria nº 50/2023.

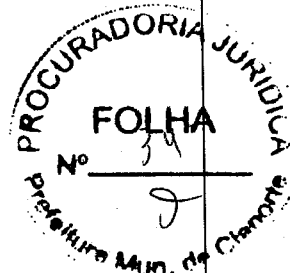
Art. 4º - Fica revogada as Portarias 1013/2026 e 187/2026.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pago Municipal Prefeito Wilson Ferreira Vacella, em 13 de Outubro de 2026.

MARCO ANTONIO FRANZATO
PREFEITO





PORTARIA Nº 1432/2026-SEC/ADM.

O Prefeito do Município de Cianorte, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e
Considerando as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, o Decreto Municipal nº 31, de 24 de Fevereiro de 2023 e Lei Complementar Municipal nº 243, de 04 de Maio de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, em cumprimento ao disposto no Art. 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e ao disposto nos artigos 7º, 8º e 9º do Decreto Municipal 31, de 24 de Fevereiro de 2023, no âmbito das Secretarias Municipais, os servidores conforme abaixo relacionados:

01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

GESTOR DE CONTRATO
Thiago dos Reis Faustino Ventura
FISCAL DE CONTRATO
Algair Borralho
Bruno Bueno Baioni
Fabrício Rosário Meira
Jailso Almeida dos Santos
Matheus Ferreira Lino
Rodrigo Massucatto

02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

GESTOR DE CONTRATO
Diefferson Plácido Lopes
FISCAL DE CONTRATO
Sérgio Consani Júnior

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

GESTOR DE CONTRATO
Gabriel Fabiano Gomes
FISCAL DE CONTRATO
Sergiani Paula Felix de Souza



04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

GESTOR DE CONTRATO
Mariana Eduarda Stecco Nascimento
Michel Thomaz de Souza
Rodrigo Martins de Almeida
FISCAL DE CONTRATO
Cícero de Almeida
Fernando de Souza Fontes
Hélio Cândido da Silva
Juliano Soares Machado
Lorenzo Clementino Machado Castanhar
Luis Claudio Albuquerque
Wellington Aparecido Pinna

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

GESTOR DE CONTRATO
Andréia de Souza Ardengui
Bruno Duarte Ferreira
Daniele Bonani Andrioli
Edilaine Aparecida Arenas Marcatto
Lucas Trugilho Ribeiro
FISCAL DE CONTRATO
José Arcolini Neto
Leandro Jerônimo
Nelson Yotli Matubara
Rogério Marcolino da Silva
Tiago Alves de Santana

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

GESTOR DE CONTRATO
Eva Isidoro da Silva
FISCAL DE CONTRATO
Jeferson Guedes de Oliveira

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

GESTOR DE CONTRATO
Antonio Carlos Florencio
Dieison Niquesso Fernandes Gonçalves
José Eício Pereira da Silva
FISCAL DE CONTRATO
Edinel Silvano de Oliveira
Eduardo Aparecido Malaquias
Flavio Henrique Nascimbeni Pereira
Izaías dos Santos Silva
José Francisco Lopes Miranda de Oliveira





Leonir de Paula
Luciano Gonçalves de Rezende
Nelson Junior Terji
Vanessa Gonçalves Pires Gardinei

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

GESTOR DE CONTRATO

Cássio Ribeiro de Azevedo
Fabrício Ferreira de Lima
Giovani Rezende da Aparecida
Heder Galvão Santos
Kayla Dayane de Oliveira
Kelly Bregin da Silva Moreno
Leonardo Gólia Lourenço Dos Santos
Liana Dornelas Morelli
Luciana Cracco Casato
Luciane Barbato da Silva Serpa
Mathaus de Matos Gurneiro
Vincius Marcelo de Jesus Fagundes

FISCAL DE CONTRATO

Andria Viana de Souza Lopes
Claudia Cristina de Paula
Cristiele Fabrício Oliveira
Dirceu Miranda Prado Junior
Douglas da Silva Oliveira
Fabiana Valim Mestralli
Jaqueline Felix Correia Reis
Julio Cesar Anselmo
Mayara Viki Parisseri
Núbia Anacleto
Ovaldo da Rocha Brito
Renata Mayara Silva Vitoriano Rocha
Rodrigo Vieira de Carvalho
Ronaldo Aparecido Nogueira da Cunha
Ronaldo Ribeiro Carvalho
Susy Mara da Silva Lenhos
Vagner Alessandro Felipe

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES, CRIANÇAS, ADOLESCENTES E PESSOAS IDOSAS

GESTOR DE CONTRATO

Dariana Santos Candido
FISCAL DE CONTRATO
Daiani Gamon de Jesus
Tássia Natália Camargo Prezoto

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GESTOR DE CONTRATO

Alana Cristina Rodrigues Alberti
Giselel Maciel Serralm
Igor Bernardi Pereira



ASSINADO DIGITALMENTE POR: - - - 800.859 - - -



Juliana Cecília Ouverney Silva
Juliana Turetti Romério Peruci
Leudirane Ulian Leite
Mariana José Monteiro de Castro
Mariana Luchetti Ferreira Vieira
Shirley Scopparin Porciano Da Silva

FISCAL DE CONTRATO

Anna Luiza Caspar Rodrigues
Andressa Dayane da Paeri Marqueto
Carla Beatriz Alves Fogassa Pepato
Camilla Yae Sugayama Ardenghi
Cindy Cristini Sanchez
Claudia Roberta Amorim Pereira Sileane
Denise Franciele Marcia Bartholasso Pimenta
Douglas Possavali da Silva
Edileuza de Souza Reis
Elisângela Lopes De Albuquerque
Fabiana Garcia Igarashi
Flávio da Silva Andrade
Franciane Lopes Favoretto Tenul
Franciele Alves Gonçalves
Gilmar da Silva Dias
Gislene Borges Gomes Da Silva
Jean Carlo Cavalcante Siqueira
Juliana Floresan Vieira
Juliane Henrique Barbosa Pires
Kalia David Carnicelli Cardozo
Maycon Miller Moreira
Murilo Pereira de Bait
Nicolli Belino Vinígia Santos
Paula Fagundes Vargas
Priscilla do Valle Avelino

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E FOMENTO AGROPECUÁRIO

GESTOR DE CONTRATO

Giovanna Monteiro da Melo
Igor Emanuel Ourique Pasiko

FISCAL DE CONTRATO

Felipe José Ribeiro
Josiane Santos de Souza
Klauber Wellington Comar
Rafaela Lessak Zanatta

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

GESTOR DE CONTRATO

Carlos Alberto Sakel
Evan Pereira
Fabiano Luiz Tome
Luciano da Silva
Otoniel Rodrigues Gala da Silva
Tatiane Cristine Cescon Rodrigues Sacoman



ASSINADO DIGITALMENTE POR: - - - 800.859 - - -



FISCAL DE CONTRATO
Andrielly Kairina Pereira Rogério
Keylla Silveira Rodrigues Gumieiro

17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

GESTOR DE CONTRATO
Dayana Santiago Mantrean

FISCAL DE CONTRATO
Carlos Alberto de Souza
Carlos Eduardo de Oliveira
Danielli Fernanda Frez Da Oliveira Camargo
Edmilson Carvalho da Silva
Renan Bataglia
Sandro Aparecido Pinheiro da Silva

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revoga-se a Portaria nº 1290/2026.

Pago Municipal Prefeito Wilson Ferreira Varella, em 21 de Setembro de 2026.

MARCO ANTONIO FRANZATO
PREFEITO



FISCAL DE CONTRATO
Claudemir Ardenghi
Deise Francieli Dias Bueno
Gabriel Geremias da Silva
Gisele Leonardi Pinto de Souza
Hugo Bonifácio Marcelino Lucas
João Paulo Marcato
Lucas Almeida Nicolau
Themysciria Dos Santos Nunes
Wesley Flach Alvares

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

GESTOR DE CONTRATO
Danielle Regina Alberti
Thiago José Felipe

FISCAL DE CONTRATO
Adriana Regina da Silva de Souza
Aline Franciele Mendes Osório Rodrigues
Ana Claudia Francisco Ruiz de Araújo
Danielly Cristiane Resina Ferreira
Guilherme Naves Elias
Najara Cristina Portugais Col
Patricia Freire da Silva dos Santos
Rafaela Alves Meira
Rodrigo Luque da Silva
Rosângela Almeida Dos Reis Veronez

14 - GABINETE DO PREFEITO

GESTOR DE CONTRATO
Matheus Pires Siqueira

FISCAL DE CONTRATO
Laércio de Azevedo dos Santos

15 - PROCURADORIA JURÍDICA

GESTOR DE CONTRATO
Erica Massago

FISCAL DE CONTRATO
Alicia dos Santos

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

GESTOR DE CONTRATO
Bruno Silva Santos
Débora Cristina Fuzimoto
Liz Ewelyn Oswald Santos Ouverney



MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO

ENTIDADE PROMOTORA

MUNICÍPIO DE CIANORTE

SOLICITANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E SEGURANÇA

PREFEITO DO MUNICÍPIO

MARCO ANTONIO FRANZATO

O Município de Cianorte, Estado do Paraná, torna público a quem interessar possa que: Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 31/2023 e demais legislações aplicáveis, que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, mediante as condições estabelecidas neste edital.

Tipo	Menor Valor Por Item
Do local	Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC
Endereço eletrônico	www.bnc.org.br
Recebimento das propostas	Até 08:30 horas do dia 13/11/2026.
Início da sessão de disputa de preços	Às 09:00 horas do dia 13/11/2026.
Referência de tempo	Horário de Brasília (DF).

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o a **Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 MB para download e 200 MB para upload, contendo controle do registro do tráfego de dados por usuário, para o Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte, a fim de atender as necessidades da Prefeitura do Município de Cianorte, conforme especificações descritas no ANEXO II.**

1.2. Órgão participante do presente procedimento:

Centro de Custo	Código
FUNREBOM	86

1.3. A divulgação do orçamento estimado não terá caráter sigiloso, sendo disponibilizado em arquivo à parte no momento da publicação do edital.

2. DO VALOR ESTIMADO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor máximo estimado do presente edital é de **R\$ 35.940,00 (trinta e cinco mil, novecentos e quarenta reais).**

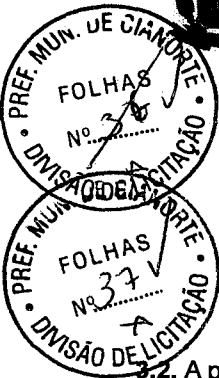
2.2. As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Reduzido	Programática	Descrição	Fonte de Recurso
733	1600406182000621483390400000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	3515
733	1600406182000621483390400000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	515

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na



licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2. A participação neste Pregão será **exclusiva às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI)**, conforme Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, através da Lei Complementar 147/2014.

3.3. Neste certame também serão aplicados os benefícios do Decreto Municipal nº 125/2016 para os itens cujo valor se enquadrem em seu artigo 6º (itens exclusivos ou reservados para ME/EPP/MEI), de modo a promover o desenvolvimento econômico e social em **âmbito local**.

4. DO CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES JUNTO À BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

4.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela plataforma BNC, por meio do sítio <https://bnc.org.br/>.

4.2. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Instrumento particular de mandato outorgando ao operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.
- b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.
- c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. A empresa participante do certame não deve ser identificada.

4.3. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao valor fixo estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras.

4.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

5. DO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.2 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.

5.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

5.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, no sistema eletrônico BNC – Bolsa Nacional de Compras e ao Município de Cianorte a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



5.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.7. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

5.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

6. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO

6.1. No presente certame a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta, mediante o preenchimento dos campos disponibilizados na plataforma, com a indicação da descrição do objeto ofertado e do preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de cadastramento das propostas.

6.3. O envio da proposta e os documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação.

6.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.10. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.11. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.12. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.13. A análise e o julgamento das propostas serão realizados na fase própria do certame, após o encerramento da etapa de lances e dos procedimentos de negociação, observados os requisitos e as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência. Nessa oportunidade, serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências previstas, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.

6.14. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.15. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.16. O sistema ordenará automaticamente as propostas cadastradas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.17. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.18. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.19. O lance deverá ser ofertado pelo **Menor Valor Por Item**.

6.20. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



6.21. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.22. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de ao menos 01 centavo.

6.23. O intervalo de valor entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto ofertado, quando o pregoeiro definir uma margem de lance para esse lote.

6.24. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.26. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.27. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.28. Ao final da fase de lances, no caso de o menor valor obtido ser de empresa sediada fora do âmbito local de acordo com o Decreto Municipal nº 125/2016, e havendo ME/EPP/MEI sediada localmente em que o valor final de seu lance ou proposta estiver dentro da margem de preferência de 10% (dez por cento) em relação àquele, será considerado empate ficto.

6.29. Diante da ocorrência da situação do item anterior, haverá a possibilidade da ME/EPP/MEI sediada localmente exercer direito mediante apresentação de nova proposta com valor inferior àquele considerado como vencedor, e, caso não exerça, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.30. Aplicados os benefícios da LC 123/2006, caso haja empate entre duas ou mais propostas, os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

6.31. Caso não haja desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.31.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná.

6.31.2. Empresas brasileiras;

6.31.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.31.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.32. O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço.

6.33. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.34. As negociações serão realizadas por meio do sistema.

7. DAS PROPOSTAS

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca se aplicável;
- c) Fabricante;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BNC, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência, indicados no edital.

7.4. A licitante deverá oferecer proposta considerando o quantitativo total por itens a serem licitados especificados no ANEXO II, sendo vedada a apresentação de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para cada item no ANEXO II.

7.5. Considerando que os itens/lotes que compõem a Proposta de Preços (ANEXO II) não demandam entrega diferenciada, tampouco quaisquer outros aspectos que possam interferir no preço final, na formulação da proposta de preços o licitante deverá apresentar preço único para cada item/lote.



7.6. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o objeto desta licitação, tais como: tributos, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o prazo ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.

7.7. Os licitantes declaram haver levado em conta, na apresentação da proposta, os custos, emolumentos, encargos, inclusive sociais, contribuições fiscais e para-fiscais, bem como, os tributos incidentes, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

7.8. Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.

7.9. Será(ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s) com preço manifestamente inexequível ou superior aos praticados no mercado,

7.10. O valor da proposta não poderá ser superior ao especificado no anexo II, sob pena de desclassificação do mesmo.

7.11. No caso da licitante apresentar a proposta de preço em formulário próprio, deverá obedecer ao descritivo do objeto, quanto às quantidades e características do mesmo, devendo constar todas as informações relativas a empresa, expressas no ANEXO II e assinatura em todas as vias, sob pena de desclassificação dos itens alterados.

7.12. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a aquisição dos materiais objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

7.13. A licitante deverá, se for o caso, mencionar em sua proposta impressa, a MARCA para o produto ofertado, e ainda, descrever a MARCA na proposta eletrônica se o sistema assim permitir.

7.14. Não serão aceitos na entrega, materiais de marca diferentes daquelas constantes na proposta vencedora. No caso de propostas que apresentarem mais de uma marca para um único item, ou, se for o caso, Fabricante, o Município reserva-se o direito de escolher a que melhor lhe convier.

7.15. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital.

7.16. Nos preços propostos não haverá alteração em razão de encargos ou por qualquer outra despesa advinda do fornecimento dos materiais.

7.17. Entendem-se por encargos, referentes à proposta, o tributo (impostos, taxas), contribuições fiscais e para-fiscais, emolumentos, fornecimento de mão-de-obra especializada, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, impressos e ferramental, transporte de material, de pessoal, estadia, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.

7.18. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades formais nos documentos da proposta, poderá ser ajustado pelo licitante no prazo indicado pelo pregoeiro, desde que não haja majoração dos valores propostos.

7.19. Caso o edital seja retificado/alterado com a necessidade de remarcação de datas, as propostas devem ser lançadas novamente na plataforma BNC.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Compreende condição para HABILITAÇÃO a anexação na plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC dos seguintes documentos:

8.1.1. Habilitação Jurídica:

a) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social**, acompanhados de todas as alterações que foram feitas no respectivo documento. Caso haja "Consolidação", poderá ser apresentada a Consolidação e as alterações posteriores, não necessitando apresentar as alterações anteriores à Consolidação. Para microempreendedores individuais (MEI) apresentar o **Certificado de Condição de Microempreendedor Individual** com validade de até 180 dias contados da data de emissão.

8.1.2. Qualificação Econômico-Financeira:

a) **Certidão Negativa de Falência e Concordata ou Recuperação Judicial**, expedida pelo Cartório Distribuidor, da matriz da pessoa jurídica. As licitantes em recuperação judicial deverão encaminhar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório. (acórdão 1201/2020-TCU).

8.1.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

a) **Situação perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda (Cartão CNPJ), emitida até 180 dias antes da data de seu recebimento.

b) **Prova de regularidade relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.**



c) Prova de regularidade relativo aos Débitos da Fazenda Estadual.

d) Prova de regularidade relativo aos Débitos Municipais, caso exista filial no Município de Cianorte a prova de regularidade desta também deverá ser apresentada.

e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

f) Prova de regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), em vigor.

8.1.4. Qualificação técnico-profissional e técnico operacional:

ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou certidão(ões) que comprove(m) que a licitante executou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipais serviços semelhantes, devendo o documento identificar:

- No mínimo, um serviço semelhante ao objeto do presente edital;
- Entidade para o qual o serviço foi prestado (razão social, endereço e telefone);
- Descrição do serviço;
- Período em que foi prestado o serviço;
- Nome, cargo e assinatura do responsável pela expedição do documento.

a.1) Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado a contratação.

b) Certidão de registro no CREA/CAU.

c) Certidão que comprove a outorga concedida pela ANATEL à empresa para explorar os Serviços SCM e a comprovação de regularidade junto a ANATEL.

8.1.5. Outras declarações

a) Declaração da licitante conforme modelo ANEXO III, de:

- a-1) Idoneidade e inexistência de superveniente impeditivo de licitação.
- a-2) Atendimento aos requisitos de habilitação.
- a-3) Reserva de cargos.
- a-4) Art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal
- a-5) Atendimento dos direitos trabalhistas.
- a-6) Enquadramento da empresa como ME/EPP/MEI.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1. Para julgamento será adotado o critério de Menor Preço Por Item, observadas as especificações definidas nesse Edital.

10. DAS IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

10.1. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

10.1.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. O pedido deverá ser encaminhado através do e-mail pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br ou pelo sistema BNC.

10.1.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.2. DOS RECURSOS

10.2.1. Findo o prazo para habilitação e após a divulgação do vencedor do pregão, na forma eletrônica, qualquer licitante poderá manifestar imediata intenção de recorrer, desde que devidamente registrada no sistema.

10.2.2. Caso haja licitante com intenção de interpor recurso nas condições do item anterior, ser-lhe-á concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar memorial de recurso, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, facultando-se aos demais proponentes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, sendo que os recursos e contrarrazões poderão ser anexados no sistema e enviados através do e-mail pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br.

10.2.2.1. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.2.3. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



11. DA ANÁLISE DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1. DA PROPOSTA:

11.1.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- Contiverem vícios insanáveis;
- Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanáveis.

11.1.2. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências da habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

11.1.3. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV da Lei n.º 14.133/2021, podendo-se adotar, dentre outros, quaisquer dos seguintes procedimentos:

- 11.1.3.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- 11.1.3.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- 11.1.3.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- 11.1.3.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- 11.1.3.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- 11.1.3.6. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- 11.1.3.7. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;
- 11.1.3.8. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- 11.1.3.9. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- 11.1.3.10. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- 11.1.3.11. Estudos setoriais;
- 11.1.3.12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos equipamentos.
- 11.1.3.13. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

11.2. DA HABILITAÇÃO:

11.2.1. Na fase de habilitação das licitações serão observadas o atendimento aos requisitos de habilitação previstos no item 8 deste edital, sendo que a ausência de qualquer documento implicará a inabilitação do licitante.

11.2.2. As empresas convocadas que não anexarem a documentação estarão sujeitas às penalidades previstas neste Edital.

11.2.3. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual poderão sanear defeitos constatados na habilitação fiscal, social ou trabalhista apenas se anexarem todos os documentos previstos neste capítulo, mesmo que contenham algum vício. A ausência de qualquer documento implicará a inabilitação do licitante.

11.2.3.1. Constatado vício na documentação fiscal, social ou trabalhista apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, será concedido para a licitante sanear os defeitos na documentação, prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período.

11.2.3.2. Permanecendo vício na documentação, a Comissão declarará a empresa inabilitada convocando as classificadas na ordem remanescente à ordem de classificação.

11.2.4. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e serão observadas as seguintes disposições:



- Anexo da declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Anexo dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;
- Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;
- Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.3. Caso recaia suspeitas ou haja provocação por terceiros sobre eventual impedimento de licitar pelos licitantes vencedores, a qualquer tempo o Pregoeiro; os Membros da Comissão; ou a Procuradoria Jurídica; poderão sanear as dúvidas mediante a consulta aos seguintes Cadastros:

- Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, – entre outras consultas a órgãos pertinentes. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4. O documento apresentado que não expressar o prazo de validade deverá ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias sob pena de inabilitação da proponente, ressalvada às condições para ME/EPP/MEI previstas na Lei Complementar nº 123/2006 ou outra lei específica que determine o prazo de validade.

11.5. O pregoeiro a seu critério no caso de eventuais divergências ou suspeitas nas documentações para fins de habilitação juntadas, poderá requisitar os respectivos originais ou cópias autenticadas para suprir a dúvida de autenticidade. Ainda, no caso da declaração de enquadramento como ME/EPP, a mesma poderá ser confrontada com as disposições da legislação vigente, em especial, a Lei 123/2006, sendo que a comissão poderá realizar diligência em prazo a ser estabelecido para apurar a veracidade dos termos declarados.

11.6. Quando a empresa for representada por diretor, sócio ou gerente, a capacidade de representação será verificada em face do próprio contrato ou estatuto social.

11.7. As empresas convocadas que não apresentarem a documentação estarão sujeitas às penalidades previstas neste Edital.

11.8. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades formais nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

11.9. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.10. Após o fim da fase de lances/negociação, o Pregoeiro realizará o agendamento para que as licitantes anexem obrigatoriamente a proposta ajustada dos itens classificados em seu favor.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Terminada a fase de lances o pregoeiro notificará a licitante classificada em primeiro lugar através de chat, para o envio da proposta ajustada conforme anexo II, devendo:

- a) conter prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias.
- b) ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.2. A proposta final ajustada/readequada deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.



12.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12.9. Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital e encerradas as fases de julgamento e habilitação o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço. Exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que após constatação da regularidade dos atos praticados efetuará a adjudicação e homologação da licitação.

13. DA GESTÃO DO CONTRATO

13.1. DA FISCALIZAÇÃO

13.1.1. O acompanhamento e fiscalização do fornecimento de bens e materiais do presente contrato e demais atribuições descritas nos art. 8º e 9º do Decreto Municipal n.º 31/2023 será realizado pelo seguinte fiscal de contrato: Renan Bataglia.

13.1.2. As atribuições administrativas do presente contrato, especialmente as descritas no art. 7º do Decreto Municipal n.º 31/2023 será realizada pelo seguinte gestor de contrato: Dayana Santiago Mantrean.

13.2. DA FORMA DE PAGAMENTO

13.2.1. O pagamento será efetuado em até 15 dias úteis após a entrega da Nota Fiscal, após conferência quantitativa e qualitativa pela Divisão responsável pelo recebimento, com base nos preços unitários apresentados na proposta/lance e mediante a verificação de regularidade ou apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativo aos Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Prova de regularidade relativo aos Débitos da Fazenda Estadual do domicílio da empresa;
- c) Prova de regularidade relativo aos Débitos Municipais, e caso exista filial no Município de Cianorte a Prova de regularidade desta também deverá ser apresentada;
- d) Prova de regularidade relativo de FGTS;
- e) Prova de regularidade relativo aos Débitos Trabalhistas (CNDT);
- f) Situação perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (Cartão CNPJ).

13.2.2. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada na ata para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

13.2.3. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, Onde: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; I = Índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX/100)/365$; TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE.

13.2.4. A Licitante contratada deverá manter durante a execução do contrato/atas todas as condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento (inciso XVI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações).

13.2.5. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas e previstas na Lei nº 14.133/2021, ou ainda terá direito a reajuste contratual a partir de 12 meses contados da data do orçamento estimativo, desde que, em caso de atraso do cronograma de execução do objeto, este não seja atribuído a CONTRATADA, devendo a mesma solicitar ao Município, aplicando-se a data do pedido.

13.2.6. Caso ocorra o estabelecido na cláusula anterior, as partes poderão a partir de 12 meses, contados a partir da data do orçamento estimativo, reajustar o valor contratual de acordo com o índice IPCA - (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou na falta deste, por outro índice de preços oficial que reflita a variação dos preços no período do reajuste. O índice será, necessariamente, aplicado somente sobre o saldo contratual existente na data do pedido, considerando a variação entre o mês em que foi estabelecido o orçamento estimativo e o mês de aniversário da mesma.



13.2.7. O orçamento estimado do presente processo está agrupado no documento de Pedido de Início de Processo Licitatório cuja data de elaboração servirá de base para os possíveis reajustes descritos na cláusula anterior.

13.3. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

13.3.1. Os serviços deverão ter a sua instalação, configuração dos equipamentos e disponibilização do serviço de conexão à Internet no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da assinatura do contrato.

13.3.2. O prazo para a entrega, instalação, configuração dos equipamentos e a efetiva disponibilização do serviço de conexão à internet, em pleno funcionamento, será de até 20 dias, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

13.3.3. A instalação e configuração deverão ser realizadas nos locais indicados pelo Contratante, em horários a serem previamente alinhados, sem ônus adicional para a Administração.

13.3.4. Após a disponibilização do serviço, a Contratada deverá realizar os testes de conformidade e velocidade na presença de representante designado pelo Contratante, sendo a aceitação definitiva condicionada à verificação do atendimento integral às especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

13.3.5. O Recebimento do objeto será realizado:

a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo fiscal de contrato ou servidor designado pelo Chefe imediato/Secretário Municipal, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, pelo fiscal de contrato ou servidor designado pelo Chefe imediato/Secretário Municipal, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

13.3.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

13.3.7. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, do Edital, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, às custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.3.8. Fazendo-se a opção pelo recebimento provisório, o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos, e consequentemente aceito, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do início da execução.

13.3.9. Deverá ser observada a garantia previstas nos termos do Código de Defesa do Consumidor ou o prazo apontado pelas Secretarias interessadas no descritivo de cada item/lote.

13.4. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.4.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021:

- Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- Dar causa à inexecução total do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- Não assinar o contrato nos prazos estabelecidos neste edital ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.4.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 as seguintes sanções:

- **Advertência:**



- Aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

• **Multa, sendo:**

- Compensatória de 20% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- Compensatória de 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.
- Moratória de 0,5% por dia sobre o valor total do contrato, limitado ao máximo de 10% do valor do contrato, pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens/lotos ofertados. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

• **Impedimento de licitar e contratar:**

- Aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

• **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:**

- Aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar acima disposto e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.4.3. As sanções previstas nos "incisos I, III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021, poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas no inciso II do mesmo artigo.

13.4.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.4.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.5.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.5.2. A análise dos critérios para verificação de ocorrência dos motivos para extinção contratual previstos observarão o Decreto Municipal n.º 31/2023, bem como as disposições contidas no Decreto Municipal n.º 141/2020.

13.5.3. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;



II. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

13.5.4. Decorrido atraso na execução do objeto, de período igual ou superior a 1/3 (um terço) do prazo de execução, sem manifestação da CONTRATADA, estará caracterizada a inadimplência da mesma ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de tomar as medidas cabíveis para a extinção Contratual e a aplicação da multa.

13.5.5. A extinção do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

13.5.6. Declarada a extinção do Contrato, que vigorará a partir da data da sua declaração, a CONTRATADA se obriga, expressamente, como ora o faz, a entregar os serviços já concluídos, não criando dificuldades de qualquer natureza.

14. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Caso a licitante, em qualquer das fases da licitação e/ou durante a vigência da execução de contrato firmado com este ente público, praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública elencado no art. 5º da Lei Federal 12.846/2013 e Decreto Federal 11.129/2022 ficará submetido à responsabilização objetiva administrativa regida pelo Decreto Municipal 141/2020 e sanções descritas no art. 6º da Lei Federal 12.846/2013, sem prejuízo da responsabilidade penal. Para o disposto neste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

14.2. Se os atos previstos como infrações administrativas à Lei de Licitações n.º 14.133/2021 ou a outras normas de licitações e contratos da Administração Pública forem tipificados como atos lesivos na forma da Lei Federal 12.846/13, poderão ser apurados e julgados conjuntamente, no mesmo processo aplicando-se o rito procedimental do Decreto Municipal 141/2020.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, no cancelamento do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2. É facultado ao pregoeiro ou a autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, assim como, submeter documentos que considerar de caráter técnico a análise do corpo técnico da divisão responsável.

15.3. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros da Comissão Especial do Pregão, não serão considerados nem aceitos como argumentos



para impugnações, reclamações, reivindicações, etc, por parte dos proponentes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital.

15.4. A apresentação da proposta pela licitante, implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

15.5. O pregoeiro poderá solicitar Parecer Técnico da área requisitante, sobre a Proposta de Preços apresentada pela licitante classificada, em relação à conformidade com as condições definidas no edital e seus anexos. Assim como para sanar dúvidas, erros ou falhas quanto ao julgamento das propostas e na verificação da documentação de habilitação, de maneira que não altere a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata específica e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

15.6. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cianorte.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes>, ou a disposição dos interessados na Divisão de Licitações do Município de Cianorte, no horário das 09h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, quando dias úteis.

15.14. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO;
- ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
- ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CIÊNCIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, CUMPRIMENTO COM AS EXIGÊNCIAS DA RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, VALOR DA PROPOSTA COMPREENDENDO A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS E NÃO IMPEDIMENTO E ENQUADRAMENTO DA EMPRESA;
- ANEXO IV – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 22/10/2026

Daniele Gonçalves Lima
Secretária Municipal de Administração



ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA – CONTRATO Nº <Número_Contrato>/<Ano_Contrato> – LCT/PMC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA <Nome_Fornecedor> PARA Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 MB para download e 200 MB para upload, contendo controle do registro do tráfego de dados por usuário, para o Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE CIANORTE, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de direito Público com sede no Centro Cívico Edno Guimarães, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28, neste ato representada pelo seu Prefeito, Sr. Marco Antonio Franzato, Portador da Cédula de Identidade RG nº 3.037.024-4 SSP/PR, e do CPF nº 306.800.859-04 e

CONTRATADA:

<Nome_Fornecedor>, pessoa jurídica de direito privado, com sede à <Endereço_Fornecedor>, <Bairro_Fornecedor>, CEP <Cep_Fornecedor>, na cidade de <Cidade_Fornecedor> <Estado_Sigla_Fornecedor>, inscrita no CNPJ/MF sob nº <CNPJ_CPF_Fornecedor>, telefone <Fone_Fornecedor>, Email: <Email_Fornecedor>, neste ato representada pelo seu sócio administrador, o Sr. <Nome_Representante>, portador da Cédula de Identidade <RG_Representante>/<Órgão_Emissor_Representante> e do CPF <CPF_Representante>, residente e domiciliado em <Cidade_Fornecedor>/<Estado_Sigla_Fornecedor>.

Por este instrumento e na melhor forma de direito, tem entre si, sujeitando-se aos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

1. DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Este contrato decorre do processo licitatório realizado pelo Contratante na modalidade de Pregão Eletrônico nº 130/2026, do tipo Menor Preço Por Item, com base nas disposições aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 31/2023 e demais legislações aplicáveis:

2. OBJETO

2.1. O objeto do presente termo é a Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 MB para download e 200 MB para upload, contendo controle do registro do tráfego de dados por usuário, para o Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte.

2.2. Órgão participante do presente procedimento:

Centro de Custo	Código
FUNREBOM	86

<Itens_Contrato_At3>

2.3. Fazem parte integralmente do presente termo, as demais peças e documentos relevantes contidos no processo citado acima, independentemente de transcrição.

3. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

3.1. CONTRATADA:

3.1.1. O fornecimento de pessoal técnico e materiais necessários à fiel execução deste contrato.

3.1.2. Assumir integralmente a responsabilidade pelos danos que causar a este Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução do objeto desta licitação, isentando o Município de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

3.1.3. Assumir integralmente e exclusivamente todas as responsabilidades no que concerne às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, inclusive no que diz respeito às normas de segurança no trabalho previstas na legislação específica, bem como demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

3.1.3.1. A inadimplência do Contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato



nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

3.1.5. Na oportunidade da emissão da nota fiscal, deverá ser observada na própria nota (ou em relatório avulso anexo); as informações obrigatórias sobre a descrição dos serviços, identificando expressamente, quando for possível:

- *Descrição completa do serviço, conforme descrito em contrato.*
- *Nome do Local, endereço e data de execução.*
- *Número do Pregão e respectivo contrato.*
- *Número do empenho.*
- *Nome do(s) funcionário(s) que prestou(aram) o(s) serviço(s).*

3.2. CONTRATANTE

3.2.1. Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

3.2.2. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

3.2.3. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

3.2.4. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se, de forma isolada ou conjunta com o Gestor do Contrato, a respeito da suspensão da entrega de bens, da realização de serviços ou da execução de obras;

3.2.5. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

3.2.6. Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

3.2.7. Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

3.2.8. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

3.2.9. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

3.2.10. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

3.2.11. Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

3.2.12. Verificar a correta aplicação dos materiais, quando aplicável;

3.2.13. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos.

4. DA GESTÃO DO CONTRATO E MATRIZ DE RISCO

4.1. DA FISCALIZAÇÃO

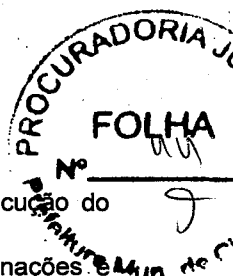
4.1.1. O acompanhamento e fiscalização do fornecimento de bens e materiais do presente contrato e demais atribuições descritas nos art. 8º e 9º do Decreto Municipal n.º 31/2023 será realizado pelo seguinte fiscal de contrato: Renan Bataglia.

4.1.2. As atribuições administrativas do presente contrato, especialmente as descritas no art. 7º do Decreto Municipal n.º 31/2023 será realizada pelo seguinte gestor de contrato: Dayana Santiago Mantrean.

4.2. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.2.1. O pagamento será efetuado em até **15 dias úteis após a entrega da Nota Fiscal**, após conferência quantitativa e qualitativa pela Divisão responsável pelo recebimento, com base nos preços unitários apresentados na proposta/lance e mediante a verificação de regularidade ou apresentação dos seguintes documentos:

- a. Prova de regularidade relativo aos Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b. Prova de regularidade relativo aos Débitos da Fazenda Estadual do domicílio da empresa;
- c. Prova de regularidade relativo aos Débitos Municipais, e caso exista filial no Município de Cianorte a Certidão Negativa desta também deverá ser apresentada;
- d. Prova de regularidade relativo de FGTS;





e. Prova de regularidade relativo aos Débitos Trabalhistas (CNDT);

f. Situação perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (Cartão CNPJ).

4.2.2. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada na ata para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

4.2.3. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, Onde: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; I = Índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX/100)/365$; TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE

4.2.4. A Contratada deverá manter durante a execução do contrato/atas todas as condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento (inciso XVI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações).

4.2.5. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas e previstas na Lei nº 14.133/2021, ou ainda terá direito a reajuste contratual a partir de 12 meses contados da data do orçamento estimativo, desde que, em caso de atraso do cronograma de execução do objeto, este não seja atribuído a CONTRATADA, devendo a mesma solicitar ao Município, aplicando-se a data do pedido.

4.2.6. Caso ocorra o estabelecido na cláusula anterior, as partes poderão a partir de 12 meses, contados a partir da data do orçamento estimativo, reajustar o valor contratual de acordo com o índice IPCA - (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou na falta deste, por outro índice de preços oficial que reflita a variação dos preços no período do reajuste. O índice será, necessariamente, aplicado somente sobre o saldo contratual existente na data do pedido, considerando a variação entre o mês em que foi estabelecido o orçamento estimativo e o mês de aniversário da mesma.

4.2.7. O orçamento estimado do presente processo está agrupado no documento de Pedido de Início de Processo Licitatório cuja data de elaboração servirá de base para os possíveis reajustes descritos na cláusula anterior.

4.3. DA FORMA DE FORNECIMENTO

4.3.1. Os serviços deverão ter a sua instalação, configuração dos equipamentos e disponibilização do serviço de conexão à internet no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da assinatura do contrato.

4.3.2. O prazo para a entrega, instalação, configuração dos equipamentos e a efetiva disponibilização do serviço de conexão à internet, em pleno funcionamento, será de até 20 dias, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

4.3.3. A instalação e configuração deverão ser realizadas nos locais indicados pelo Contratante, em horários a serem previamente alinhados, sem ônus adicional para a Administração.

4.3.4. Após a disponibilização do serviço, a Contratada deverá realizar os testes de conformidade e velocidade na presença de representante designado pelo Contratante, sendo a aceitação definitiva condicionada à verificação do atendimento integral às especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

4.3.5. O Recebimento do objeto será realizado:

a. Provisoriamente, de forma sumária, pelo fiscal de contrato ou servidor designado pelo Chefe imediato/Secretário Municipal, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b. Definitivamente, pelo fiscal de contrato ou servidor designado pelo Chefe imediato/Secretário Municipal, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.3.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

4.3.7. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do Edital, da Proposta, do Contrato ou demais anexos, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, às custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3.8. Fazendo-se a opção pelo recebimento provisório, o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos, e consequentemente aceito, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do início do recebimento.

4.3.9. Deverá ser observada a garantia previstas nos termos do Código de Defesa do Consumidor ou o prazo apontado pelas Secretarias interessadas no descritivo de cada item/ lote.

4.4. DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
FOLHA 08
Nº 1111
PREFEITURA MUN.



4.4.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.4.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. Advertência:

- Aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II. Multa:

- Compensatória de 20% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- Compensatória de 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.
- Moratória de 0,5% por dia sobre o valor total do contrato, limitado ao máximo de 10% do valor do contrato, pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens/lotos ofertados. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

III. Impedimento de licitar e contratar:

- Aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:

- Aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar acima disposto e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

4.4.3. As sanções previstas nos “incisos I, III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021, poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas no inciso II do mesmo artigo.

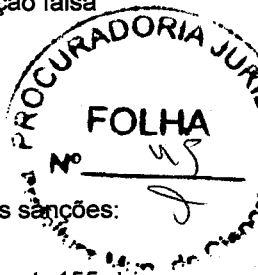
4.4.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

4.4.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

4.5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

4.5.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;





II. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

4.5.2. A análise dos critérios para verificação de ocorrência dos motivos para extinção contratual previstos observarão o Decreto Municipal n.º 31/2023, bem como as disposições contidas no Decreto Municipal n.º 141/2020.

4.5.3. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

4.5.4. Decorrido atraso na execução do objeto, de período igual ou superior a 1/3 (um terço) do prazo de execução, sem manifestação da CONTRATADA, estará caracterizada a inadimplência da mesma ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de tomar as medidas cabíveis para a extinção Contratual e a aplicação da multa.

4.5.5. A extinção do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

4.5.6. Declarada a extinção do Contrato, que vigorará a partir da data da sua declaração, a CONTRATADA se obriga, expressamente, como ora o faz, a entregar os serviços já concluídos, não criando dificuldades de qualquer natureza.

4.6. Tendo em vista que o certame não se enquadra nos casos obrigatórios de elaboração de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, conforme §3º, do artigo 22 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser observada a análise simplificada dos riscos da contratação, conforme documento intitulado "Mapa de Riscos", constante do procedimento.

5. DO VALOR

5.1. O valor a ser pago para a execução do objeto é de R\$ <Valor_Contratado>.

5.2. No valor acima estão incluídos todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, inclusive no que diz respeito às normas de segurança no trabalho, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista nas alíneas "c" e "d" do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.



5.3.1. A Administração responderá ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em até 10 (dez) dias úteis da apresentação do protocolo pelo Contratado.

5.3.2. O presente contrato não envolve prestação de garantia contratual.

6. DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

6.1. O presente contrato terá prazo de **execução de 5 anos**, com início na data de assinatura deste contrato.

6.2. O presente contrato terá prazo de **vigência 5 anos**, com início na data de assinatura deste contrato.

6.3. Os prazos de execução e vigência, por se tratar de serviços a serem executados de forma contínua, poderão ser renovados, por acordo das partes, por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a **10 anos**.

6.4. Durante a vigência e execução deste contrato deverão ser observadas no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.5. O contratado fica obrigado a aceitar, dentro do período de vigência do contrato, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na compra, até 25 % (vinte e cinco por cento) do objeto do contrato.

6.6. Os valores contratuais poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, com base na variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado no período ou, em sua ausência/extinção, pelo índice oficial que o substituir.

6.7. Os prazos de início de execução e vigência do contrato, em adotando as partes a forma de assinatura eletrônica/digital emitida por autoridade certificadora, inicia-se na data da última assinatura digital após no instrumento, caso não esteja estabelecido o termo inicial de execução e vigência no próprio contrato.

7. DA PROTEÇÃO DE DADOS

7.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

a) guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;

b) tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

c) garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

d) não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

e) fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;

f) adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

g) em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;

h) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

i) as informações sobre os titulares envolvidos;

j) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

k) os riscos relacionados ao incidente;

l) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e

m) as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

n) demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

o) utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;



- p) armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;
q) apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;
r) anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e
s) não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

7.2. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

8. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

8.1. Caso a licitante, em qualquer das fases da licitação e/ou durante a vigência e execução de contrato firmado com este ente público, praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública elencado no art. 5º da Lei Federal 12.846/2013 e Decreto Federal 11.129/2022 ficará submetido à responsabilização objetiva administrativa regida pelo Decreto Municipal 141/2020 e sanções descritas no art. 6º da Lei Federal 12.846/2013, sem prejuízo da responsabilidade penal. Para o disposto neste item, definem-se as seguintes práticas:

I. Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

II. Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III. Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

V. Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

8.2. Se os atos previstos como infrações administrativas à Lei de Licitações n.º 14.133/2021 ou a outras normas de licitações e contratos da Administração Pública forem tipificados como atos lesivos na forma da Lei Federal 12.846/13, poderão ser apurados e julgados conjuntamente, no mesmo processo aplicando-se o rito procedimental do Decreto Municipal 141/2020.

9. DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. As despesas oriundas da execução do presente contrato serão cobertas com receitas provenientes das seguintes dotações orçamentárias:

Reduzido	Programática	Descrição	Fonte de Recurso
733	1600406182000621483390400000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	3515
733	1600406182000621483390400000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	515

9.2. As dotações aqui descritas poderão, eventualmente, ser substituídas por outras no decorrer da vigência do presente contrato, em virtude da votação da Lei Orçamentária pela Câmara de Vereadores.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As alterações, prorrogações, extinções, penalidades e multas, obedecerão Lei Federal nº 14.133/2021, e seguindo as seguintes considerações:

10.2. No caso de inexecução do objeto desta licitação, exceto por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado e justificado, ficará a empresa contratada sujeita às sanções preceituadas na Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. A Contratada declara ter pleno conhecimento das condições contratuais, pelo que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual dos encargos assumidos.



10.4. Se qualquer das partes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições do presente contrato e/ou seus anexos, tal fato não poderá ser considerado como modificativo das condições do presente contrato, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

10.5. O Município de Cianorte se reserva no direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do objeto contratado, desde que haja conveniência administrativa para este Município, devidamente autorizada e fundamentada. Se isso vier a ocorrer, a empresa contratada terá o direito aos ressarcimentos garantidos e previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

10.6. Pela própria essência deste contrato, o mesmo não gera, em nenhuma hipótese, qualquer vínculo de origem trabalhista.

10.7. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

10.8. O presente instrumento de contrato está vinculado obrigatoriamente ao Edital de licitação descrito no item 1.1 e seus anexos.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir com referência ao presente Contrato.

11.2. E, por estarem assim, justos e contratados, declaram ambas as partes aceitarem todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato, firmado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas infra-assinadas.

Paço Municipal Prefeito Wilson Ferreira Varella, em <Data_Assinatura>.

<Nome_Representante>

<Nome_Fornecedor>

Contratada

Marco Antonio Franzato

Prefeito

Contratante

TESTEMUNHAS

RG:

CPF:

RG:

CPF:



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO <Número_Licitação>/<Ano_Licitação>	
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 MB para download e 200 MB para upload, contendo controle do registro do tráfego de dados por usuário, para o Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte, conforme especificações descritas abaixo.	
Empresa:	
CNPJ:	
Enquadramento da empresa: (Mencionar se a empresa é ME/EPP/MEI)	
Endereço:	
Fone/fax:	
E-mail:	
Cidade/Estado:	
Tipo de licitação: Menor Preço Por Item.	
Este e todos os outros anexos fazem parte do edital de licitação Pregão Eletrônico nº <Número_Licitação>/<Ano_Licitação> como se nele estivessem transcritos.	
Entrega: Os serviços deverão ter a sua instalação, configuração dos equipamentos e disponibilização do serviço de conexão à internet no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da assinatura do contrato.	
Validade da proposta: 60 dias	Execução: 01 ano.
Propomos o fornecimento dos produtos nos valores e nos prazos mencionados, sob as condições gerais e específicas indicadas neste formulário, com as quais concordamos.	
Em ____/____/____	ASSINATURA

Caso nossa empresa seja uma das vencedoras desta licitação, o contrato deverá ser assinado por:	
NOME:	
R.G	C.P.F
NOME:	
R.G	C.P.F



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Fones: (44) 3619-6332/6207/6208/6209 e-mail: pregaoeletronico@cianorte.pr.gov.br
Pregão Eletrônico nº <Número_Licitação>/<Ano_Licitação> – Protocolo 8012/2026
Processo 231/2026

ANEXO II – continuação

Item	Cód.	Qtd	Unid.	Descrição	Marca	Teto Máximo Unitário	Valor Unitário Proposto	Valor Total Proposto
1	73724	60,00	SER	Link dedicado através de fibra óptica, para conexão com a rede mundial de computadores (internet) com velocidade mínima de 200 MB para download e 200 MB para upload. ESPECIFICAÇÕES: Internet banda larga de 200 megabits 1.1. Meio de transmissão: Fibra óptica. 1.2. Taxa de Download: 200 megabits por segundo 1.3. Taxa de Upload: 200 megabits por segundo 1.4. Disponibilidade: 24 horas por dia, durante todos os dias da semana. 1.5. Assistência técnica: 24 horas por dia, durante todos os dias da semana. 1.6. Disponibilizar modem ou equipamentos necessários para a utilização do serviço. 1.7. Controle de acesso com as seguintes obrigações: * Hotspot social com capacidade para atender 50 conexões; * Autenticação por meio de redes sociais, SMS e cadastros customizáveis; * Contagem de pessoas, tempo de permanência, taxa de reincidência média por período; * Estar em conformidade com as leis vigentes quanto a fornecimento de internet ao público, em especial a do Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965/2014; * Construir um cadastro dos clientes com informações sobre o perfil de visitação, frequência, tempo de permanência individual de cada visitante; * Prover uma ferramenta administrativa para manuseio dos dados coletados dos clientes; * Prover mecanismos de ACL (Access Control List) para controle de acesso de funcionários e administradores da ferramenta administrativa por perfil customizáveis; * Prover versão da ferramenta administrativa em formato de aplicativos nativos para as plataformas Android e iOS; * Prover relatório de consumo de banda por usuário; * Permitir controle de banda e acesso a internet por usuário e perfis de usuário; * Permitir o cadastro de uma blacklist contendo sites inapropriados; * Permitir a conexão da rede a Wi-Fi sem a necessidade do usuário realizar a instalação de aplicativos externos; * Permitir a conexão da rede a Wi-Fi sem a necessidade do usuário fazer check-in obrigatoriamente.		R\$ 599,00		

PROCURADORIA JURÍDICA
FOLHA 18
Nº 18
J

TETO MÁXIMO TOTAL PARA OS ITENS R\$ 35.940,00	VALOR TOTAL PROPOSTO PARA O TOTAL DOS ITENS R\$
--	---



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO



Pregão Eletrônico nº <Número_Licitação>/<Ano_Licitação>.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 MB para download e 200 MB para upload, contendo controle do registro do tráfego de dados por usuário, para o Quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte.

DECLARAMOS para os fins de direito que:

- **Não** fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e nem esta suspensão em nenhum Órgão Público Federal, Estadual ou Municipal, bem como inexistente fato superveniente impeditivo da habilitação.
- **Atendemos** plenamente aos requisitos de habilitação e cientes que responderemos pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- **Cumprimos** com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- **Cumprimos** com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que a empresa não possui menores de dezoito anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- Os valores apresentados na proposta compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data da entrega da proposta.
- Que no ano-calendário desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021 (apenas para empresas de pequeno porte).
- Sob as penas da lei e sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente, **não possuímos nenhum dos impedimentos** previstos no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo a empresa enquadrada como:
 - () Microempresa.
 - () Empresa de pequeno porte.
 - () Empresa de grande porte.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Representante Legal

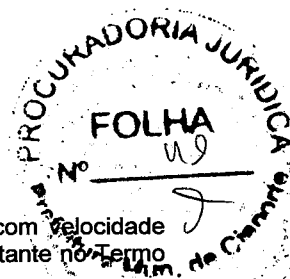
Nome:

RG:

CPF:



ANEXO IV
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

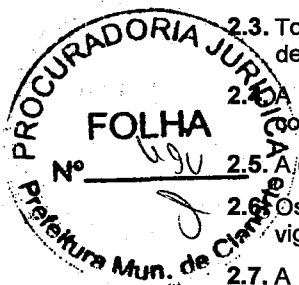


1. Execução do objeto

- 1.1. Disponibilizar serviço de acesso dedicado à rede mundial de computadores (Internet), com velocidade mínima de 1 Gbps para download e 2 Gbps para upload, ou conforme especificação constante no Termo de Referência.
- 1.2. Manter o serviço disponível durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, assegurando elevada disponibilidade e continuidade da conexão.
- 1.3. Realizar a instalação, ativação, configuração e testes do circuito de internet nas dependências do Corpo de Bombeiros de Cianorte, garantindo seu pleno funcionamento.
- 1.4. Fornecer todos os equipamentos necessários à prestação do serviço, tais como modem, ONT, conversores, transceptores, roteadores (quando previstos na contratação) e demais dispositivos indispensáveis ao funcionamento da conexão.
- 1.5. Responsabilizar-se pela configuração dos equipamentos fornecidos, garantindo sua compatibilidade com a infraestrutura de rede existente.
- 1.6. Disponibilizar conexão com endereço IP público fixo, caso previsto na especificação técnica da contratação.
- 1.7. Disponibilizar sistema de monitoramento ou portal de gerenciamento que permita o acompanhamento do desempenho do circuito e a emissão de relatórios.
- 1.8. Disponibilizar mecanismo de controle e registro do tráfego de dados por usuário, permitindo a identificação da utilização da rede, conforme especificações técnicas e observada a legislação aplicável à proteção de dados.
- 1.9. Manter central de atendimento técnico para registro de chamados durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana.
- 1.10. Atender aos chamados técnicos dentro dos prazos estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço (SLA), promovendo o restabelecimento da conexão no menor tempo possível.
- 1.11. Efetuar manutenção preventiva, corretiva e atualização dos equipamentos fornecidos, sempre que necessário, sem custos adicionais para a Administração.
- 1.12. Substituir imediatamente equipamentos defeituosos que comprometam a prestação do serviço, observando os prazos estabelecidos contratualmente.
- 1.13. Comunicar previamente ao fiscal do contrato qualquer manutenção programada que possa ocasionar interrupção do serviço, indicando data, horário e duração prevista.
- 1.14. Garantir que eventuais interrupções programadas sejam realizadas, preferencialmente, fora do horário de expediente da unidade.
- 1.15. Manter equipe técnica qualificada para atendimento presencial ou remoto sempre que necessário.
- 1.16. Observar todas as normas técnicas da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), bem como demais normas aplicáveis à prestação dos serviços de telecomunicações.
- 1.17. Disponibilizar mensalmente relatório contendo informações sobre disponibilidade do serviço, consumo de banda, ocorrências, indisponibilidades e atendimentos realizados, quando solicitado pela fiscalização.
- 1.18. Manter absoluto sigilo sobre as informações eventualmente acessadas em razão da prestação dos serviços, observando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- 1.19. Cumprir todas as determinações da fiscalização do contrato e executar outras atividades correlatas necessárias à perfeita prestação dos serviços contratados.

2. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 2.1. A empresa deverá ser regularmente autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para prestação dos serviços objeto da contratação.
- 2.2. A solução deverá contemplar todos os materiais, equipamentos, acessórios, cabos, conectores, licenças e demais insumos necessários à completa execução dos serviços.



2.3. Todos os custos relativos à instalação, ativação, configuração, manutenção, suporte técnico e substituição de equipamentos deverão estar incluídos na proposta comercial.

2.4. A contratada deverá disponibilizar atendimento técnico remoto e presencial durante toda a vigência contratual.

2.5. A contratada deverá disponibilizar canal para abertura e acompanhamento de chamados técnicos.

2.6. Os equipamentos fornecidos deverão permanecer em perfeito estado de funcionamento durante toda a vigência do contrato, sendo responsabilidade da contratada sua manutenção e eventual substituição.

2.7. A infraestrutura interna de rede existente no Corpo de Bombeiros de Cianorte será utilizada para distribuição do acesso, cabendo à contratada fornecer apenas os equipamentos necessários até o ponto de entrega do serviço, salvo disposição diversa no Termo de Referência.

3. Equipamentos

3.1. Todos os equipamentos necessários à prestação do serviço deverão ser fornecidos em regime de comodato, sem custos adicionais para a Administração.

3.2. Os equipamentos deverão ser novos ou seminovos em perfeito estado de funcionamento, homologados pela ANATEL e compatíveis com a velocidade contratada.

3.3. Os equipamentos deverão possuir alimentação elétrica compatível com os padrões nacionais e permanecer sob responsabilidade da contratada durante toda a vigência do contrato.

3.4. Em caso de falha ou defeito, os equipamentos deverão ser substituídos pela contratada dentro do prazo estabelecido no contrato, sem qualquer ônus para o contratante.

3.5. Ao término do contrato, os equipamentos fornecidos em comodato poderão ser retirados pela contratada, desde que não haja pendências contratuais hábil

4. Equipe Técnica

4.1. A contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados para instalação, configuração, manutenção e suporte técnico dos serviços.

4.2. Os profissionais deverão utilizar identificação funcional durante os atendimentos presenciais nas dependências do Corpo de Bombeiros de Cianorte.

4.3. A contratada será responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e securitários relativos aos seus empregados.

4.1. Quando houver necessidade de execução de atividades nas dependências da Administração, os profissionais deverão observar todas as normas de segurança da unidade e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados às atividades desenvolvidas.



PREFEITURA DE CIANORTE

PROCURADORIA JURÍDICA



PARECER n.º. 1186/2026.

PROCESSO: Processo de Licitação - Pregão Eletrônico para formação do Sistema de Registro de Preços. Protocolo n.º 8012/2026. Pedido de Início de processo Licitatório n.º 2215/2026.

OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de Serviços de Conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 mb para download e 200 mb para upload, contendo controle do registro do tráfego de dados por usuário, para o quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte.

PROCEDÊNCIA: Divisão de Licitações.

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Mobilidade e Segurança.

PARECER JURÍDICO n.º 1186/2026 - ANÁLISE PRÉVIA

I - Trata-se, o presente, de Processo de Licitação, na Modalidade Pregão Eletrônico (com utilização do Sistema de Registro de Preços), objetivando a Contratação de Empresa para prestação de Serviços de Conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 mb para download e 200 mb para upload, contendo controle do registro do tráfego de dados por usuário, para o quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte, consoante Pedido de Início de Processo Licitatório n.º 2215/2026. e Estudos Técnicos Preliminares, Mapas de Riscos, Termos de Referências e Documento de Formalização da demanda que constam do feito.

Instruem o certame os seguintes documentos:

DOCUMENTO	FOLHAS
<i>Sec. Mun. de mobilidade urbana</i>	
Estudo Técnico Preliminar	3-7
Mapa de Riscos	8-10
Termo de Referência	11-19
Pedido de Compra n.º 5773	20-20
Nota de Reserva de dotação orçamentária	21-21
Declaração de assessoria de planejamento	22-22
Mapa de Formação de Preços	23-23
Ofício solicitando a contratação da empresa	24-24
Pesquisa de preços. Pesquisa Direta.	25-30



PREFEITURA DE CIANORTE

PROCURADORIA JURÍDICA

Pedido de início de processo licitatório nº 2215/2026	31-31
Autorização do Chefe do poder executivo	32-32
Justificativa para não utilização do orçamento estimado de caráter sigiloso	33-33
Portaria Municipal nº 1541/2026 e Portaria Municipal nº 1432/2026	34-36
Minuta de Edital	37-43
Minuta de Contrato	43v-47
Anexos	47v-49v

II - Nos termos do artigo 53, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2023, veio o procedimento para emissão de parecer jurídico prévio.

Deste modo e considerando o critério de análise técnica adstrito unicamente à legalidade da intenção aquisitiva de bens comuns, vale ressaltar, inicialmente, que não cabe a esta Procuradoria a análise do mérito do ato administrativo pretendido¹ (conveniência e oportunidade), cabendo ao Administrador Público tal análise, o que já foi feito pela justificativa constante dos documentos de fls. 3-7, bem como pela Autorização do Chefe do Poder Executivo de fl.32-32.

Deste modo e no espectro da análise jurídico-formal do procedimento, esta manifestação será empreendida em tópicos, subdivididos da seguinte forma: i) Subsunção da pretensão objetivando a Contratação de Empresa para prestação de Serviços de Conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 mb para download e 200 mb para upload, contendo controle do registro do tráfego de dados por usuário, para o quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte à norma autorizadora da modalidade licitatória pretendida - Pregão (Análise das disposições normativas da Lei Federal nº 14.133/2021);ii) Análise da observância das disposições normativas quanto à fase preparatória do certame em epígrafe - Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 31/2023; iii) Análise jurídico-formal dos documentos indispensáveis segundo a legislação regente - Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 31/2023; iv) Exposição dos pressupostos de fato e de direitos levados em consideração na presente análise jurídica.

¹ Na última etapa da fase preparatória da licitação dar-se-á a análise jurídica do procedimento, pela assessoria especializada do órgão, que examinará a legalidade de todo o processo, pelos seus aspectos fáticos e jurídicos, antes de ser levado a público, na chamada fase externa do certame (artigo 53). Já neste estágio, ainda interno, o parecer jurídico, obrigatório, é alçado ao nível de ferramenta de controle da legalidade do procedimento, através do qual também se exercerá a chamada "segunda linha de defesa", nos termos do artigo 169, inciso II, demonstrando a abrangência do controle a ser exercido pela assessoria jurídica, no âmbito desta Lei.



PREFEITURA DE CIANORTE

PROCURADORIA JURÍDICA



III - SUBSUNÇÃO DA PRETENSÃO - PREGÃO ELETRÔNICO (ANÁLISE DAS DISPOSIÇÕES NORMATIVAS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021):

Exordialmente vale ressaltar que nos termos do inciso XLI do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, o *Pregão* é definido como a “*modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto*”.

Assim, à semelhança da legislação anterior, a implementação de procedimento licitatório na modalidade Pregão será possível quando reunidos os seguintes requisitos: i) aquisição de bens e serviços comuns; ii) que esses bens e serviços possuam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado.

Na apreciação da estrita conformidade e legalidade dos documentos apresentados no protocolo 8012/2026, especificamente fls 3-7, os mesmos satisfazem requisitos para fundamentar a abertura de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, conforme justificativas apresentadas pelo gestor dos órgãos solicitantes.

IV - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DAS DISPOSIÇÕES NORMATIVAS QUANTO À FASE PREPARATÓRIA DO CERTAME EM EPÍGRAFE - LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL Nº 31/2023

Sobre os requisitos indispensáveis à fase preparatória do certame, dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021 em seu artigo 18, bem como o Decreto Municipal nº 31/2023 em seu artigo 13.

Façamos a correlação das exigências/disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Regulamento Local à situação ora analisada – *Fase Preparatória do certame*:



PREFEITURA DE CIANORTE

PROCURADORIA JURÍDICA

LEI FEDERAL Nº 14.133/2021	DECRETO MUNICIPAL Nº 31/2023	PROCEDIMENTO EM ANÁLISE
Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:	Art. 13. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o Plano Municipal de Contratação Anual de que trata o artigo 10 deste Decreto, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:	*
I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;	I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;	Fls. 3-7
II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;	II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;	Fls. 11-19
III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;	III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;	Termos de Referência
IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;	IV - o orçamento estimado, por meio de metodologia compatíveis com o objeto e os elementos técnicos instrutores do procedimento;	Fls. 22-22
V - a elaboração do edital de licitação;	V - a elaboração do Edital de licitação;	Fls. 37-43
VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;	VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do Edital de licitação;	Fls. 43-47v
VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;	VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;	Termo de Referência
VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;	VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;	Termos de Referência
IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;	IX - a motivação circunstanciada das condições do Edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;	Termos de Referência
X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;	X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;	Fls. 8-10
XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.	XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.	Fls. 33-33
*	§ 1º A competência para elaborar, assinar as minutas dos editais, submetê-las ao órgão jurídico, bem como encaminhar o instrumento convocatório à autoridade competente para a autorização, será da Secretaria Municipal de Administração;	Minuta de Edital - Fls. 37-43
*	§ 2º Quando se tratar de minuta padrão com objeto definido elaborada pela Procuradoria Jurídica do	Não se aplica

19



PREFEITURA DE CIANORTE

PROCURADORIA JURÍDICA



	Município o procedimento seguirá o disposto em regulamento próprio.	
--	---	--

Com relação à exigência do *Orçamento estimado* (fls.23-23) tem-se que os documentos de fls. apresentam julgamento crítico quanto à pesquisa implementada, segundo os ditames do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 23 do Decreto Municipal nº 31/2023, conforme se verifica:

Mapa de Formação de Preços	23-23
Ofício solicitando a contratação da empresa	24-24
Pesquisa de preços. Pesquisa Direta.	25-30
Pedido de início de processo licitatório nº 2215/2026	31-31

Vale salientar quanto a tal assunto, inclusive, que não compete a esta Procuradoria Jurídica, sobremaneira pelo Princípio da Segregação das Funções, a realização de pesquisa de mercado, como se extrai de pacífico entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU:

"Não constitui incumbência obrigatória da CPL, do pregoeiro ou da autoridade superior realizar pesquisas de preços no mercado e em outros entes públicos, sendo essa atribuição, tendo em vista a complexidade dos diversos objetos licitados, dos setores ou pessoas competentes envolvidos na aquisição do objeto." (Acórdão nº 3516/2007, Primeira Câmara, Relator Min. Aroldo Cedraz, Processo nº 005.991/2000-7).
Sem grifo no original.

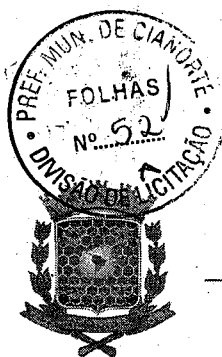
"Para calcular o custo do objeto proposto, o interessado deverá realizar prévias pesquisas de preços no mercado fornecedor dos produtos ou dos serviços pleiteados. Também poderá se valer de informações contidas em bancos de dados informatizados, *pesquisas na internet*, publicações especializadas e outras fontes." (Manual de Convênios do Tribunal de Contas da União - <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2053252.PDF>).

Acórdão 594/2020 Plenário (Recurso de Reconsideração, Relator Ministro Vital do Rêgo)

Licitação. Comissão de licitação. Princípio da segregação de funções. Orçamento estimativo. Avaliação. Competência.

Não cabe à comissão de licitação avaliar o conteúdo da pesquisa de preços realizada pelo setor competente do órgão, pois são de sua responsabilidade, em regra, apenas os atos relacionados à condução do procedimento licitatório.

V - ANÁLISE JURÍDICO-FORMAL DOS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO REGENTE - LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL Nº 31/2023



PREFEITURA DE CIANORTE

PROCURADORIA JURÍDICA

Com relação aos documentos indispensáveis - *Estudo Técnico Preliminar, Termos de Referência, Documentos de Formalização de Demanda, Minutas de Edital e de Contrato* - tem-se a adequação jurídico-formal dos mesmos como único escopo de análise por este órgão de assessoramento jurídico, vez que as razões e motivos determinantes aventados pelos gestores responsáveis pela(s) Secretaria(s) Municipal(is) interessada(s), especialmente quanto ao preenchimento de referidos documentos exigidos pela legislação vigente, são de sua única e exclusiva competência e responsabilidade:

É fundamental a segregação de funções. Não incumbe ao órgão de assessoramento jurídico assumir a competência política e administrativa atribuída a agente público distinto. Inexiste autorização normativa para que o assessor jurídico se substitua ao agente público titular da competência prevista em lei. Existem escolhas e decisões reservadas à autoridade. O assessor jurídico não se constitui em autoridade, para os fins do art. 6.º, inc. VI, da Lei 14.133/2021².

Analisemos cada qual, pois, diante do regramento normativo a eles aplicado.

5.1 - DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Entende-se por referido documento, nos termos do inciso XX, do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 o "*documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação*", complementando o artigo 18, §§ 1º, 2º e 3º de referida Lei seus elementos básicos.

Do documento de fls. Fls. 3-8, regra, extrai-se presença dos pressupostos exigidos pelo artigo art. 18 da Lei 14.133/2021, consoante se denota abaixo:

LEI 14.133/21

EIP - ITEM

² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas [livro eletrônico]. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 1137-1138.



PREFEITURA DE CIANORTE

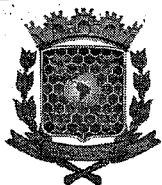
PROCURADORIA JURÍDICA



Art. 18.	*
§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:	
I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;	2
II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;	3
III - requisitos da contratação;	4
IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;	5
V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;	6
VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;	8
VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;	9
VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;	10
IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;	11
X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;	12
XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;	13
XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;	14
XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.	15
§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.	*
§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.	*

Dessa forma, o documento encontra-se regular.

5.2 - DO TERMO DE REFERÊNCIA



PREFEITURA DE CIANORTE

PROCURADORIA JURÍDICA

Consoante dispõe o inciso XXIII, do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, o Termo de Referência é o *"documento necessário para a contratação de bens e serviços"*, que deverá conter os elementos apresentados nas alíneas "a" a "j", conforme abaixo indicado:

Art. 6º: (...).

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
 - b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
 - c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
 - d) requisitos da contratação;
 - e) modelo de execução do objeto; que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
 - f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
 - g) critérios de medição e de pagamento;
 - h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
 - i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
 - j) adequação orçamentária;
- (...).

Em se tratando de compra de bens, como é o caso presente, indispensável, ainda, é a presença dos requisitos previstos no §1º, do artigo 40 de referida norma federal de licitações:

Art. 40: (...).



PREFEITURA DE CIANORTE

PROCURADORIA JURÍDICA

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

- I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;
- II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;
- III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

No caso presente, regra os documentos de fls.6-9, satisfazem as exigências legais.

5.3 - DO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Sobre tal documento assevera Rafael Carvalho Rezende Oliveira³:

O documento que inicia o processo de licitação tem recebido nomenclaturas diversas, tais como: Documento de formalização da demanda (DFD), Documento de oficialização da demanda (DOD) etc. Independentemente da nomenclatura utilizada, o documento deve justificar a necessidade da contratação, indicar o objeto a ser contratado, a respectiva quantidade, entre outros elementos que podem ser indicados nos atos normativos específicos de cada Ente federado.
(...).

Apesar da referência ao ETP como "documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação" no art. 6º, XX, da Lei 14.133/2021, o ato inaugural do processo de contratação é a requisição do objeto, mediante a formalização do Documento de formalização da demanda (DFD), Documento de oficialização da demanda (DOD) ou outro instrumento semelhante (...).

Os documentos carreados ao procedimento às fls. 20-20, intitulados "Pedido de Compra", enquadram-se na natureza de documento formalizador da demanda e apresentam os requisitos

³ Op. cit. p. 317.



PREFEITURA DE CIANORTE

PROCURADORIA JURÍDICA

indispensáveis à intenção aquisitiva pretendida, vez que indicam a data da solicitação, o órgão solicitador, o local da entrega, o prazo de pagamento, a justificativa da necessidade pública e a descrição dos bens/itens.

5.4 - DA MINUTA DE EDITAL LICITATÓRIO

Em sede de modalidade licitatória de Pregão, com aplicação do Sistema de Registro de Preços, a minuta de Edital deverá observar o contido no artigo 25 da Lei Federal nº 14.133/202:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.

§ 2º Desde que, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar, não sejam causados prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, o edital poderá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra.

§ 3º Todos os elementos do edital, incluídos minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

§ 4º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.

§ 5º O edital poderá prever a responsabilidade do contratado pela:

I - obtenção do licenciamento ambiental;

II - realização da desapropriação autorizada pelo poder público.

§ 6º Os licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados e contratados nos termos desta Lei terão prioridade de tramitação nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e deverão ser orientados pelos princípios da celeridade, da cooperação, da economicidade e da eficiência.

§ 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 8º Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;



PREFEITURA DE CIANORTE

PROCURADORIA JURÍDICA



- II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.
- § 9º O edital poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por:
- I - mulheres vítimas de violência doméstica;
 - II - oriundos ou egressos do sistema prisional.

No caso em análise, verifica-se que as exigências contidas no *caput* do artigo 25 supracitado encontram-se na *Objeto* (cláusula 1.1ª), do *valor estimado* (cláusula 2ª), das *condições de participação* (cláusula 3ª), do *credenciamento* (cláusula 4ª), do *sistema eletrônico* (cláusula 5ª), do *procedimento de pregão* (cláusula 6ª), apresentação de proposta (cláusula 7ª), da *habilitação* (cláusula 8ª), do critério de Julgamento das propostas realizadas (cláusula 9ª), das *impugnações, esclarecimentos e recursos* (cláusula 10), da análise de proposta e habilitação (cláusula 11ª), da *adjudicação* (cláusula 12ª), da *gestão do contrato* (cláusula 13.1ª), das *infrações técnicas* (Cláusula 13.4ª) entre outras.

A habilitação de estipulação dos requisitos para o atestado de capacidade técnica:

8.1.4. Qualificação técnico-profissional e técnico operacional:

ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou certidão(ões) que comprove(m) que a licitante executou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipais serviços semelhantes, devendo o documento identificar:

- FOLHA** 326
- No mínimo, um serviço semelhante ao objeto do presente edital;
 - Entidade para o qual o serviço foi prestado (razão social, endereço e telefone);
 - Descrição do serviço;
 - Período em que foi prestado o serviço;
 - Nome, cargo e assinatura do responsável pela expedição do documento.

- a.1) Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado a contratação.
- b) Certidão de registro no CREA/CAU.
- c) Certidão que comprove a outorga concedida pela ANATEL à empresa para explorar os Serviços SCM e a comprovação de regularidade junto a ANATEL.

A exigência de atestado de execução dos serviços constitui medida necessária e legítima para assegurar que a Administração Pública contrate prestadores que demonstrem capacidade técnica compatível com o objeto pretendido. Trata-se de mecanismo destinado a reduzir riscos na



PREFEITURA DE CIANORTE

PROCURADORIA JURÍDICA

contratação, prevenir falhas na execução contratual e garantir a adequada prestação dos serviços públicos, em observância aos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público. Dessa forma, a cláusula não representa exigência arbitrária, mas instrumento de proteção do interesse coletivo, desde que proporcional ao objeto licitado e devidamente justificada, sem impor restrições indevidas à competitividade do certame.

Dessa forma, a minuta se mostra regular.

5.5 - DA MINUTA DE CONTRATO

Finalmente, e não menos importante, está a Minuta do contrato (acostada às fls. 43v-49) que, segundo o artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá conter os seguintes requisitos mínimos e que, s.m.j. restaram demonstrados, conforme segue abaixo:

LEI FEDERAL Nº 14.133/21	MINUTA DE CONTRATO - CLÁUSULA
Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:	*
I - o objeto e seus elementos característicos;	2ª
II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;	1.1ª
III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;	1.1ª
IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;	4.3ª
V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;	4.2ª
VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;	9ª
IX - a matriz de risco, quando for o caso;	10.6ª
X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;	Não se aplica
XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;	5.3.1ª
XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;	5.3.2ª
XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;	4.3.9ª
XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das	3.1ª e 3.2ª



PREFEITURA DE CIANORTE

PROCURADORIA JURÍDICA



multas e suas bases de cálculo;	
XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;	Não se aplica
XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;	4.2.4 ^a
XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;	3.1.4 ^a
XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;	4 ^a
XIX - os casos de extinção.	4.5

Por fim, mister salientar que as disposições do artigo 89⁴ da Lei Federal nº 14.133/2021 foram observadas, conforme preâmbulo da Minuta apresentada, devendo ser observado pela Divisão de Licitações a divulgação da contratualização firmada, como condição de eficácia contratual, nos termos do artigo 94⁵ da Nova de lei de licitações.

VI - EXPOSIÇÃO DOS PRESSUPOSTOS DE FATO E DE DIREITO LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO NA PRESENTE ANÁLISE JURÍDICA

Finalmente, e nos termos do contido no inciso II, do §1º, do artigo 53 da Lei Federal nº 14.133/2021, colacionado no início desta manifestação jurídica, tem-se que foram considerandos,

4 Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Todo contrato deverá mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

§ 2º Os contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta.

5 Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§ 1º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, sob pena de nulidade.

§ 2º A divulgação de que trata o **caput** deste artigo, quando referente à contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.

§ 3º No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

§ 4º (VETADO).

§ 5º (VETADO).



PREFEITURA DE CIANORTE

PROCURADORIA JURÍDICA

como pressupostos de fato as *justificativas motivadoras da necessidade de contratação de Empresa para prestação de Serviços de Conexão com a rede mundial de computadores (internet), com velocidade mínima de 200 mb para download e 200 mb para upload, contendo controle do registro do tráfego de dados por usuário, para o quartel do Corpo de Bombeiros de Cianorte, asseverados nos Documentos Instrutores do presente procedimento e retro analisados.*

Considerando que tais documentos consubstanciam-se como "Atos Administrativos", às justificativas e motivos apresentados pelos gestores interessados no certame devem ser conferidos os atributos de presunção de legitimidade/veracidade, conforme asseverado por Maria Sylvia Zanella Di Pietro (*in* Direito Administrativo, 32ª edição, e-book):

Existem, no entanto, determinados atos que são preparatórios ou acessórios do ato principal, mas que não podem ser excluídos da noção de ato administrativo, porque ou integram um procedimento ou fazem parte de um ato complexo. Nesse caso, eles são condições de validade do ato principal; sem eles, este não produz efeitos jurídicos; além disso, podem ser impugnados separadamente. Cite-se o exemplo dos atos que compõem o procedimento da licitação ou de um concurso público de ingresso no funcionalismo.

7.6.1 Presunção de legitimidade e veracidade

Embora se fale em *presunção de legitimidade* ou *de veracidade* como se fossem expressões com o mesmo significado, as duas podem ser desdobradas, por abrangerem situações diferentes. A **presunção de legitimidade** diz respeito à conformidade do ato com a lei; em decorrência desse atributo, presumem-se, até prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei.

A **presunção de veracidade** diz respeito aos fatos; em decorrência desse atributo, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração. Assim ocorre com relação às certidões, atestados, declarações, informações



PREFEITURA DE CIANORTE

PROCURADORIA JURÍDICA



7.6.1 Presunção de legitimidade e veracidade

Embora se fale em *presunção de legitimidade* ou *de veracidade* como se fossem expressões com o mesmo significado, as duas podem ser desdobradas, por abrangerem situações diferentes. A **presunção de legitimidade** diz respeito à conformidade do ato com a lei; em decorrência desse atributo, presumem-se, até prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei.

A **presunção de veracidade** diz respeito aos fatos; em decorrência desse atributo, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração. Assim ocorre com relação às certidões, atestados, declarações, informações

Deste modo, considerando a inegável boa-fé da ora signatária diante da documentação apresentada junto ao procedimento em análise, indispensável ressaltar que não pode lhe ser imputada qualquer responsabilização por situações, comissivas ou omissivas imputáveis exclusivamente aos gestores responsáveis pelas Secretarias participantes do certame ou a outros servidores, agentes administrativos nos termos da legislação vigente, quanto a atos que lhe competiam, como bem assevera Marçal Justen Filho⁶:

O parecerista jurídico não responde por ações e omissões imputáveis exclusivamente a outros agentes administrativos. Assim, não é responsabilizável o assessor jurídico quando os fatos expostos no processado não correspondem à realidade. O parecerista fornece uma manifestação jurídica em vista dos elementos que lhe são apresentados.

Não é cabível a responsabilização pessoal do parecerista nos casos em que a situação real era diferente daquela submetida à sua avaliação, não existindo meio de o parecerista identificar o defeito.

Se o parecer fornecido era compatível com a consulta submetida, a revelação dos defeitos quanto à narrativa enseja a responsabilização daquele que forneceu ao consultor jurídico a versão incorreta dos fatos.

No tocante aos *pressupostos de direito*, foram levados em consideração a subsunção do ordenamento jurídico atual à pretensão delineada neste procedimento, conforme confrontação e correlação fático normativa realizada nesta manifestação.

RESSALVA. É necessário que o administrador pública anexe a portaria mais recente com a designação dos fiscais dos contratos.

⁶ Op. cit. p. 1154-1155.



PREFEITURA DE CIANORTE

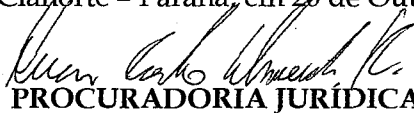
PROCURADORIA JURÍDICA

VIII - Diante de todo asseverado, considerando a autorização expressa do Chefe do Executivo Municipal (fls.32-32) a indicação do Agente de Contratação/Pregoeiro e respectiva equipe de apoio(34-36) bem como a documentação apresentada, constata-se que o procedimento - hoje com 49^v folhas - estará em consonância com as exigências legais, notadamente Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 31/2023, motivo pelo qual, atentando-se aos preceitos legais relativos à questão (frise-se, único escopo de análise que ora se emite), e condicionado às ressalvas acima, é o presente parecer⁷ opinativo⁸ pela sua regularidade formal, conforme supramencionado.

Ressalte-se, outrossim, a necessidade de observância do prazo mínimo de publicação do instrumento convocatório posto a adoção do critério de menor preço para a aquisição em epígrafe, conforme disposições do artigo 55 da Lei Federal nº 14.133/2021, já que *"a publicidade dos atos administrativos constitui medida voltada ao cumprimento das seguintes finalidades: a) exteriorizar a vontade da Administração Pública divulgando seu conteúdo para conhecimento público; b) tornar exigível o conteúdo do ato; c) desencadear a produção de efeitos do ato administrativo; d) permitir o controle de legalidade do comportamento"*.⁹

Sem mais para o presente, é o parecer.

Cianorte - Paraná, em 20 de Outubro de 2026


PROCURADORIA JURÍDICA
RUAN CARLO ALMEIDA SILVA
Procurador Jurídico
OAB/PR 86.734

7 Pareceres são atos administrativos emitidos por órgãos consultivos, ou seja, por órgãos que são de aconselhamento e elucidação para que os órgãos ativos tomem as providências pertinentes (in "Curso de Direito Administrativo", Celso Antônio Bandeira de Mello, Editora Malheiros, São Paulo, 25ª edição, 2007, p.141, e in "Direito Administrativo", Maria Sylvia Zanella di Pietro, Editora Atlas, São Paulo, 19ª edição, 2006, p. 496).

8 "O advogado público, quando chamado a dar consulta jurídica nos autos de um processo administrativo, opina. Esta opinião é, na lição clássica de Hely Lopes Meirelles, um ato enunciativo, que não cria direitos e obrigações como sói acontecer no caso de um ato administrativo. Logo, o agente público que terá que decidir o caso submetido à consulta do advogado é que emitira o ato administrativo de cunho decisório". (NOGUEIRA, Roberto Wagner de Lima. In Jusnavigandi, edição 1018: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8252>).

9 MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 94.